

OSS-LAC: “One Stop Shops: Sustainable Reintegration for Latin-American Vulnerable returnees”

Lições aprendidas e recomendações

para a reintegração sustentável nos processos de retorno voluntário na América Latina



COPY

Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Parceiros:

Istituto Cooperazione Economica Internazionale – Itália
Fundação ACOBE – Espanha

Financiado pela:

DG Home Affairs – European Commission

Desenhado por:

wearebold.es

Impresso por:

Rotaclick

CONSÓRCIO DO PROJETO

Líder:

Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) - Secretaria Geral da Espanha, escritórios da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Parceiros:

Instituto Cooperazione Economica Internazionale – Itália
Fundação ACOBE – Espanha

Associados:

Ministério de Emprego e Seguridad Social – Espanha
Rede RIRVA – Itália

Esta publicação tem sido realizada no marco do projeto "One Stop Shops: reinserção sustentável para retornados vulneráveis latino-americanos", número de referência do projeto HOME/2011/RFXX/CA/1013, cofinanciado pela DG Home Affairs da Comissão Europeia.

Esta publicação reflete somente o ponto de vista dos autores e, portanto, a Comissão Europeia não pode ser considerada responsável pelo conteúdo da publicação.

PARTICIPARAM NESTA PUBLICAÇÃO

COORDENAÇÃO:

Gloria Arredondo: Secretaria Geral OEI – Espanha
Mónica Gomariz: Secretaria Geral OEI – Espanha

EQUIPE TÉCNICA:

Ana Amor: Secretaria Geral OEI – Espanha
Beatriz Sierras: MEYSS – Espanha
Carla Olivieri: Rede RIRVA – Itália
Carla Simeto: OEI Uruguai
Carolina Hirmas: OEI Chile
Consuelo Tapia: OEI Bolívia
Gabriela Walder: OEI Paraguai
Julia Fortes: OEI Peru
M^a Luz Valdivia: Fundação ACOBE
Marcia Moreschi: OEI Brasil
Martha Liliana Bernal: OEI Colômbia
Sara Jaramillo: OEI Equador
Valentina Uccelli: ICEI – Itália

**Lições aprendidas
e recomendações
para a reintegração
sustentável
nos processos
de retorno voluntário
na América Latina**



1	O projeto “One Stop Shops, Sustainable Reintegration for Latin-American Vulnerable returnees”	pag. 8
2	Análise das características e perfil dos migrantes latino-americanos e dos retornados	pag. 16
3	Capítulos nacionais	pag. 20
	3.1. Bolívia	pag. 22
	3.2. Brasil	pag. 36
	3.3. Chile	pag. 46
	3.4. Colômbia	pag. 56
	3.5. Equador	pag. 64
	3.6. Paraguai	pag. 72
	3.7. Peru	pag. 80
	3.8. Uruguai	pag. 90
4	Conclusões e recomendações gerais	pag. 98

Prólogo

As relações entre América Latina e Europa estão marcadas pela mobilidade das pessoas desde finais do século XVI até nossos dias. Nesta região cobrem lugar todas as expressões da migração internacional contemporânea, desde a emigração (rasgos mais visíveis) até a imigração, o retorno, o deslocamento forçado e a procura de refúgio, somado ao fluxo de remessas e à migração qualificada com presença de nutridas comunidades no exterior.

Em particular, desde os anos oitenta (a chamada "década perdida") e dos noventa (marcados pelas sucessivas crises econômicas e os programas de ajuste estrutural na América Latina, além do processo de ampliação da União Européia), inaugurou-se uma nova fase no deslocamento da população, ditado por forte aumento no número de latino-americanos que decidem viver no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos, Itália, França, Portugal, Espanha e Reino Unido. As razões mais frequentes para migrar são as causas econômicas, em particular a procura por novas oportunidades profissionais e por reprodução socioeconômica da vida e mesmo da própria família.

“ Desde os anos oitenta (...) inaugurou-se uma nova fase no deslocamento da população, ditado por forte aumento no número de latino-americanos que decidem viver no estrangeiro

”

A população de indivíduos do terceiro mundo na UE-27 ascendia em 2012 a 20,7 milhões de pessoas, das quais algo a mais que um terço residiam na Espanha, na Itália e em Portugal (Eurostat). Observa-se que a proporção de indivíduos de países do continente americano não é muito elevada na Europa dos 27 (14,2% do total), sendo os maiores percentuais especialmente localizados em Portugal, na Espanha e na Itália. Estes últimos são os países europeus que mais acolhem latino-americanos, em termos absolutos. O percentual de 26,48% da população imigrante da Espanha procede do Equador, da Colômbia, da Bolívia, do Peru e do Brasil (INE, 2013), tanto que em Portugal unicamente a colônia brasileira beira o 25,30% do total de estrangeiros residentes (SEF, 2013). A Itália também conta com um percentual significativo de imigrantes latino-americanos, principalmente do Peru e do Equador (Istat, 2013).

A atual realidade histórica, muito embora moldada pela crise econômica global deflagrada em 2008, permite observar mais uma vez que, em situações de contração econômica, os trabalhadores imigrantes e emigrantes em geral tem seus direitos mais corroídos, tornando-se uma população altamente vulnerável no contexto regional europeu, onde o marco regulatório se torna mais protecionista e atento ao controle de seu mercado de trabalho interno e de suas fronteiras.

No âmbito da América Latina, o denominador comum no debate migratório regional e nacional é, ao menos na última década, a adoção gradual de um enfoque de direitos, o que distingue nitidamente a região no contexto mundial. Neste marco, e levando em consideração a prioridade dos países da região em assegurar o respeito dos direitos fundamentais dos imigrantes, enfatizamos esse particular direito fundamental de todo imigrante, que é o do retorno ao seu próprio país em condições dignas e sustentáveis.

No marco do projeto “One Stop Shops: Reinserção sustentável para retornados vulneráveis latino-americanos” é onde se desenvolve a elaboração do seguinte documento, na intenção de proporcionar um informe sobre lições aprendidas em matéria de Retorno Voluntário, às autoridades competentes ao respeito nos oito países participantes do projeto.

“ Em situações de contração econômica, os trabalhadores imigrantes e emigrantes em geral tem seus direitos mais corroídos, tornando-se uma população altamente vulnerável no contexto regional europeu ”

Esta informação está dirigida, pois, aos imigrantes e também às autoridades públicas que legislam em matéria de migrações, com a finalidade de fornecer informação das fortalezas e debilidades da dinâmica e política do retorno de imigrantes a seus países, além de apoiar a sustentabilidade da atenção e o compromisso com os indivíduos que retornam a seu país de origem na América Latina (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai).

O seguinte informe estrutura-se da seguinte forma:

1. O PROJETO “ONE STOP SHOPS, SUSTAINABLE REINTEGRATION FOR LATIN-AMERICAN VULNERABLE RETURNEES”;
2. ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS E PERFIL DOS IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS E DOS RETORNADOS;
3. CAPÍTULOS NACIONAIS: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai;
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS.

1.0 **O projeto “One Stop Shops, Sustainable Reintegration for Latin-American Vulnerable Returnees”**

INFORMAÇÃO SOBRE O MARCO NORMATIVO EUROPEU NO RETORNO VOLUNTÁRIO

Os processos de Retorno Voluntário na Europa encontram-se na Diretiva 2008/115/CE (adotada em 16 de dezembro de 2008 pelo Parlamento e o Conselho da União Europeia), em virtude da intenção comunicada pelo Conselho Europeu em Bruxelas nos dias 4 e 5 de novembro de 2004, de estabelecer uma política eficaz de repatriação baseada em normas comuns, para que os processos de retorno dos imigrantes a seus países de origem realizem-se em respeito de seus direitos fundamentais e sua dignidade. A normativa europeia citada anteriormente tem como objetivo

estabelecer regras claras, transparentes e justas, para definir uma política efetiva de retorno, como elemento necessário de toda política migratória.

Para alcançar esse objetivo em escala comunitária, a Comissão Européia pode adotar medidas de acordo com o princípio de subsidiariedade recolhido no artigo 5 do Tratado da União Européia. A Diretiva do Retorno se limita, portanto, a estabelecer o que é necessário para alcançar esse fim, de conformidade com o princípio de proporcionalidade enunciado no referido artigo. Em resumo, pode-se afirmar que a Diretiva tem por objeto: harmonizar os sistemas nacionais; garantir a eficácia das decisões de retorno; garantir adequadamente os direitos e liberdades dos cidadãos de países de terceiro mundo; e priorizar o retorno voluntário ao compulsório.

A transposição da Diretiva do Retorno às legislações nacionais dos países membros também foi resultado da Decisão nº 575/2007/CE do Parlamento e do Conselho Europeu, de 23 de maio de 2007, que estabeleceu o Fundo Europeu para o Retorno (FR) para o período 2008 a 2013, e a Decisão 2007/837/CE de 30 de novembro de 2013, com a que a Comissão aprovou as diretrizes que estabelecem as prioridades específicas para o programa 2008-2013.

O objetivo do Fundo é apoiar os esforços dos Estados membros para melhorar a gestão do retorno em todas suas dimensões ("gestão integrada do retorno"), em particular mediante a cooperação entre os países membros, a fim de alcançar economias de escala na dita intervenção. Também tem a intenção de conseguir a aplicação correta e harmonizada do acervo da União Européia, em particular da Diretiva do Retorno 2008/115/CE.

ANTECEDENTES DO PROJETO “ONE STOP SHOPS”

O projeto “One Stop Shops, Sustainable *reintegration* for Latin-American vulnerable returnees” (de agora em diante denominado “Balcões Únicos”) foi aprovado pelo Fundo Europeu para o Retorno¹ no marco da convocação de 2012 da DG Home Affairs da Comissão Europeia (HOME/2011/RFXX/CA/1013).

Contempla 21 meses como período de execução, desde 15 de dezembro de 2012 até 30 de setembro de 2014, e está confirmada sua continuidade com a aprovação do projeto “OSS II-Sustainable return and reintegration in A; promoting voluntary return”, que possui final de execução em setembro do ano de 2016.

Balcões Únicos tem como objetivo geral promover mecanismos customizados para reintegração sustentável dos indivíduos retornados latino-americanos, procedentes da Europa em condições vulneráveis e pertencentes aos oito países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai) que decidam juntar-se ao projeto.

Neste contexto, o projeto atua através do desenvolvimento de medidas preliminares de recepção e assistência já desde a chegada e, posteriormente, assistência psicossocial e educacional, orientação ocupacional e profissional, e assistência técnica de desenvolvimento empresarial.

O consórcio de organizações que desenvolvem o projeto é o seguinte:

Entidade promotora e coordenadora do projeto:

- *Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura* (OEI): A OEI é um organismo internacional de caráter governamental de cooperação em educação, ciência e cultura do âmbito iberoamericano, tendo 18 escritórios na América Latina. A OEI dispõe de equipe de trabalho no âmbito das “Migrações”, especializado em análise e desenho de projetos referentes à integração educativa da população imigrante na Espanha, com ênfase especial na imigração

¹ O Fundo Europeu para o Retorno para o período 2008-2013 faz parte do programa geral “Solidaridad e Gestión dos Flujos Migratorios”. Dentre suas ações destacam-se organizar uma gestão integrada do retorno nos países da União Europeia e ajudar os países membros a cooperar nesta questão. Também pode ajudar na aplicação uniforme da legislação europeia no que tange à gestão integrada do retorno.

latino-americana. Desde o ano de 2011 trabalha com projetos financiados pelo Fundo Europeu para o Retorno (FR) de reinserção sustentável de retornados latino-americanos vulneráveis.

PARCEIROS

- *Instituto para Cooperación Económica Internacional (ICEI)*, Itália: O ICEI (Istituto Cooperazione Economica Internazionale) consiste em uma associação sem fins lucrativos dedicada à solidariedade internacional, à cooperação para o desenvolvimento, à investigação e à formação. Sua sede é em Milão e desenvolve/executa diferentes atividades e projetos que promovem a coesão social e o codesenvolvimento em favor dos indivíduos vulneráveis que vivem na cidade. Desde o ano de 2011 trabalha junto à OEI em projetos financiados pelo Fundo Europeu para o Retorno (FR), de reinserção sustentável de retornados latino-americanos vulneráveis.
- *Asociación de Cooperación Bolívia Espanha (Fundação ACOBE)*, Espanha: Sediada em Madrid, a ACOBE trabalha na Espanha com os indivíduos em risco de exclusão e vulnerabilidade social, proporcionando atenção jurídica e social, capacitação profissional, atividades de difusão da cultura, apoio escolar, atenção psicológica e gestão de bolsa de emprego por conta própria e alheia, Já na Bolívia, trabalha com programas de famílias transnacionais e retorno. Possui mais de oito anos de experiência em diferentes modalidades de projetos de retorno, como os de Retorno Voluntário Produtivo e Atenção Social, entre outros.

ASSOCIADOS

- *Ministério do Emprego e Seguridade Social, Espanha*: A Secretaria Geral de Imigração e Emigração é o órgão encarregado de desenvolver a política migratória definida pelo Governo nas questões de imigração, integração dos imigrantes e cidadania espanhola no exterior. É considerada a secretaria que financia programas de Retorno Voluntário de estrangeiros cofinanciados através do Fundo Europeu para o Retorno e do novo Fundo de Asilo, Migração e Integração, e tem o objetivo de oferecer a possibilidade de retorno àqueles indivíduos estrangeiros (imigrantes, solicitantes de asilo, refugiados,

indivíduos com estatuto de proteção subsidiária), que manifestem seu desejo de regressar a seu país de origem e que cumpram os requisitos estabelecidos.

- *Rede Italiana para o Retorno Voluntário Assistido* – Projeto RIRVA- Financiado pelo Fundo Europeu para o Retorno e pelo Ministério do Interior - Az. 7 FR 12. Implementado pelo: Consorcio Nacional Idee in Rete, CIR (Conselho Italiano para os Refugiados), OXFAM Itália e GEA, Fundação ISMU e Conselho Nacional de Assistentes Sociais (CNOAS)".

A Rede vem promovendo desde 2009 um sistema nacional de referencia para: prover informação aos imigrantes e operadores do setor do Retorno Voluntário (RVA); assessoramento aos imigrantes interessados em aceder à medida para ajuda-los a madurar a opção voluntária do retorno e preparar a documentação necessária para derivar o caso aos projetos existentes em Itália para a aplicação prática da assistência ao retorno e à reintegração ao país de origem. RIRVA reúne a mais de 340 organizações públicas e privadas de todo o território italiano que operam em rede de forma gratuita, com o apoio de um sistema integrado de produtos e ferramentas de informação: uma página web (www.reterirva.it), que proporciona conteúdo multilíngue sobre a medida e sobre os projetos; notícias e perguntas frequentes; serviço de *call center* nacional (Help Desk Retorno: 0039.049.2023830); diretrizes para operadores e meios de comunicação ("Diretrizes para operadores do RVA. Como informar e guiar aos imigrantes nos processos de RVA" e "Diretrizes para os Meios sobre RVA"; encontros territoriais, boletim mensal.

COMO SURTIU O PROJETO E QUAIS SÃO SEUS OBJETIVOS?

O retorno (à seus países de origem) dos cidadãos latino-americanos dos países da União Europeia e Estados Unidos está aumentando devido às crises nos países desenvolvidos (Norte) e as expectativas de crescimento econômico nos países em desenvolvimento (Sul). Entre 2008 e 2011, na Espanha, 28.285 pessoas regressaram a seus países de origem com a ajuda do Governo espanhol (Ministério do Trabalho e da Imigração), sendo que 90% dos quais procedia de países latino-americanos.

Em Portugal, o percentual de cidadãos brasileiros que voltaram a seu país aumentou de 33% em 2004 a 80% em 2008 (Fonte: OIM).

Emigrantes que regressam a seus países de origem (ou migram para um terceiro país) sentem desorientação, um sentimento de fracasso pelos objetivos não realizados e expectativas limitadas no seu processo de integração. Em muitos casos sentem-se perdidos ao recorrer a serviços assistenciais (inclusive em casos de urgência), tanto a nível psicológico como também sanitário e educativo, ou mesmo ao notar a falta daqueles serviços que participavam nos países de destino (proteção dos direitos da mulher ou do menor). Assim mesmo, aos poucos, negócios potenciais fracassam devido à falta de apoio, à médio prazo, na adaptação à nova situação econômica e jurídica dos países de origem e à evolução da situação familiar e redes de apoio. De fato, em alguns casos, os repatriados envolvem-se em iniciativas de reintegração que finalizam de forma abrupta e/ou não destinam atenção.

Neste marco, o projeto **"One Stop Shop"/ "Balcões Únicos"** incentiva o retorno sustentável, estabelecendo serviços de apoio inicial (recepção e boas vindas), ajuda à reintegração, acompanhamento e avaliação de impacto à médio e longo prazo. Estes serviços estarão disponíveis no oito países latino-americanos já mencionados - **Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai**, países estes onde o percentual de retorno dos emigrantes está aumentando.

EM QUE CONSISTE OS SERVIÇOS E FUNÇÕES DOS BALCÕES ÚNICOS?

Este serviço integrado ("One Stop Shop", o serviço de "Balcão Único") funciona como um sistema integrado nas instalações das sedes da OEI nos oito países mencionados, possibilitando assim atenção ágil e personalizada aos retornados, a adoção de medidas de reintegração e assistência personalizadas, guias de orientação profissional e ocupacional, e o acompanhamento e a avaliação dos protocolos **de carà** a reintegração efetiva.

Este sistema permite que os retornados acessem não somente os próprios recursos e instalações da OEI, mas também os programas das organizações não governamentais (ONG)

e do setor público de cada país no que tange a ajuda psicológica e sanitária, apoio à procura de emprego e desenvolvimento empresarial. Os Balcões Únicos oferecem suporte de assistência integrada aos retornados, colocado em prática à parte da articulação de uma rede de recursos e serviços entre distintas administrações públicas, ONGs e demais serviços disponíveis em cada país.

QUE SERVIÇOS OFERECEM OS BALCÕES ÚNICOS NOS PAÍSES DE ORIGEM?

Em termos gerais, os serviços que os retornados podem receber são os seguintes (informação real e atualizada):

- a) Recepção e assistência psicológica e sanitária inicial, ajudando/ aconselhando os retornados para que se dirijam às autoridades/ serviços locais.
- b) Desenvolvimento, em parceria com os retornados, de um itinerário personalizado de reinserção, que inclua (dependendo de cada caso): suporte psicológico, capacitação profissional e ocupacional, orientação profissional, mediação com as empresas ofertantes de emprego e assistência técnica ao desenvolvimento empresarial.
- c) Orientação aos retornados em sua reintegração. Os escritórios da OEI funcionarão como as “cabeças” de uma rede de assistência composta por antigos retornados com experiência, na intenção de animar e aconselhar os novos, partindo de um contato pessoal, para compartilhar as vantagens das experiências migratórias.
- d) Acesso aos incentivos para a reintegração. Estes benefícios serão fornecidos segundo a valorização e cumprimentos dos requisitos pelo beneficiário.
- e) Acompanhamento dos protocolos de reinserção.

Cabe destacar que desde o ano de 2011, a OEI já conta com uma sólida rede de cooperação, muito útil para este projeto, com as autoridades nacionais do Brasil, da Colômbia, do Peru e do Equador, graças à aplicação do projeto PTRSI (Euro Latin American System for Professional Training, Return and Sustainable Insertion), financiado pelo Fundo Europeu para o Retorno².

Graças à mencionada rede de cooperação, os Balcões Únicos em cada país tem elaborado um “Guia de Recursos” que reúne todos aqueles serviços destinados a incentivar a reintegração sustentável dos retornados, respondendo a suas necessidades integralmente (pontos de vista social, econômico e educacional). Os recursos listados nessas guias são o resultado dos acordos interinstitucionais e da rede de trabalho criada pelos Balcões Únicos, à nível nacional.

À QUEM ESTÃO DIRIGIDOS OS BALCÕES ÚNICOS?

Os Balcões Únicos atendem preferencialmente a:

- Homens e mulheres vulneráveis com pouca formação educacional e/ou qualificação profissional, dificultando sua experiência laboral na Europa, e resultante de assistência social e familiar precária nos países de origem. Estendido a seus filhos.
- Pessoas com necessidade de apoio assistencial, psicológico ou sanitário;
- Os “novos vulneráveis”, pessoas que estão preparando o retorno por perda de emprego, escassez de receitas, redes sociais precárias, etc., mesmo que tenham um maior nível de formação educacional e/ou experiência laboral;
- Mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica, estendido a seus filhos.

Em resumo, os Balcões Únicos são um recurso destinado àquelas pessoas que tenham retornado (em um prazo determinado) de algum país europeu, com a finalidade de facilitar sua reinserção no país de origem.

² http://oei.es/ventanillasunicas/documentos/sistema_euroamericano.pdf

2.0 **Análise das características e perfil dos migrantes latino-americanos e dos retornados**

O perfil dos migrantes em cada país é próprio da realidade nacional, de seu mercado de trabalho interno e das Relações bilaterais que mantêm com os distintos países de recepção, marcadas principalmente por laços históricos que têm sido visto acontecer desde a época colonial até os grandes fluxos de finais do século XIX e metade do século XX, varias ondas migratórias em distintas direções.

Logo, no momento de fazer uma análise consolidada das características dos migrantes, é possível identificar algumas características comuns, seja no referido às motivações da partida e/ou do retorno, ou mesmo em quanto aos perfis dos grupos

migrantes e sua inserção laboral no mercado de trabalho do país receptor.

As investigações realizadas nos países receptores envolvidos neste projeto (Espanha e Itália) sinalizam similaridades entre o perfil dos migrantes e sua inserção no mercado laboral³.

Em particular indicam que:

- As tendências de fundo da participação da imigração no mercado de trabalho dos países receptores estão marcadas pela segregação ocupacional e especialização por gênero.
- A maioria dos imigrantes admite que emigra do país para melhorar sua situação econômica ou porque faltam oportunidades profissionais em seu lugar de origem. As condições de vulnerabilidade podem ser materiais (econômicas ou sociais) ou emocionais. Entre elas encontram-se o desemprego (ou subemprego), a pobreza, as situações de dificuldades na família e relações sociais, a falta de perspectivas de uma vida satisfatória emocional no entorno onde moram, etc.
- A participação laboral dos estrangeiros sofre preconceitos terciários e preconceitos femininos, concentração em postos de trabalho de baixa qualificação e maior especialização em setores primários (serviços de casa e hotelaria, construção e agricultura).
- Em geral, pode-se afirmar que existe uma distinta adaptação à crise, segundo os coletivos, ocorrendo maior rapidez de adaptação para população imigrante e adaptação mais dificultosa e rígida para a população nativa.
- O incremento da proporção de trabalhadores que procuram emprego e não encontram tem sido evidente, a partir de 2007, afetando de maneira mais intensa aos homens estrangeiros com idades entre 40 e 50 anos.
- Em muitos casos, devido ao total desconhecimento prévio acerca de seus direitos no país de destino, os imigrantes entram no país com um visto turístico, permanecendo por um período mais longo do que o permitido, caracterizando situação irregular.

³ “Imigração e mercado de trabalho. Informe 2011”, do Observatório Permanente da Imigração (Secretaria Geral de Imigração e Emigração).

Dependem totalmente da informação e a solidariedade das redes sociais que lhes prometeram apoio, mas frequentemente convertem-se em vítimas da exploração laboral e/ou sexual.

- Entre os migrantes regulares (documentação válida), muitos têm acedido a facilidades para reunificação familiar, tendo investido suas poupanças para a compra de residências, adquirindo créditos hipotecários que logo resultaram impagáveis e que motivaram a decisão do retorno.

No início do ano de 2012, muitos imigrantes na Espanha e na Itália estavam em situação de desemprego. Por este motivo, ao término do subsídio por desemprego e sendo cada vez mais difícil conseguir trabalhos ocasionais, muitos optaram por iniciar um processo de retorno, por meios próprios ou com o apoio dos numerosos projetos de Retorno Voluntário existentes nestes países.

Nesse sentido, No caso da Itália, os projetos de RVA existentes, selecionados anualmente pelo Ministério do Interior, têm facilitado o retorno de 3.219 pessoas entre junho de 2009 e junho de 2014 (fonte: Rede RIRVA e Entidades de Implementação de projetos de RVA). O 61,79% de eles são homens, procedentes de 86 países diferentes; mais da metade de eles provem de Equador (542), Peru (321), Tunes (280), Marrocos (239) e Brasil (204), que moram principalmente nas regiões italianas da Lazio, Lombardia, Piemontês, Emilia Romagna, Veneto⁴. No caso da Espanha, no mesmo período 2009-2013, acolheu-se um total de 12.598 pessoas nos programas de Retorno Voluntário de atenção Social (sendo as principais nacionalidades Bolívia, Brasil, Equador e Argentina). Em relação ao programa de Retorno Voluntário Produtivo, acolheram-se 452 pessoas, sendo as principais nacionalidades Colômbia, Bolívia e Equador. Por último, 1.281 pessoas juntaram-se aos projetos de Retorno Voluntário APRE (Abono Acumulado das Prestações por Desemprego), sendo as principais nacionalidades Equador, Colômbia, Argentina, Peru, Brasil e Chile.

*Financiado pelo fundo europeu para o retorno e pelo Ministério do Interior. Gerido pelo Consorcio Nacional de IDEE in RETE, CIR OXFAM Itália e CEA. Fundação ISMU e Conselho Nacional Assistentes sociais Az 7fr12

⁴ Os dados detalhados estão disponíveis em: www.reterirva.it, seção "materiais informativos")

A imigração de retorno está conectada, por um lado, à diminuição das oportunidades econômicas nos países afetados pela crise financeira que tradicionalmente recebem imigrantes da América do Sul, e por outro, ao fortalecimento das economias e o crescimento econômico que alguns países latino-americanos estão experimentando.

Do total de retornados que regressam a seu país de procedência, os mais vulneráveis são, sem dúvida, os repatriados, pois *“regressam ao país em virtude de situações especiais e fundamentadas em necessidade”*. Apesar da alta vulnerabilidade social, podem ser observadas características comuns e positivas para o sucesso da reinserção no país: **capacidade de resiliência, motivação para começar uma nova vida e forte sentimento de adesão ao país.**

A situação do retorno não é fácil para muitos migrantes. Dos beneficiários atendidos pelos Balcões Únicos, a maioria não conta com educação superior, e dedicaram-se por anos a trabalhar no setor da construção, serviços domésticos, limpeza, serviços em restaurantes e serviços gerais, áreas estas que dificultam a inserção laboral no retorno.

É importante destacar a situação dos menores que, em muitos casos, não “retornam”, mas que emigram a um novo país por vontade de seus progenitores.

Em todos esses casos, os Balcões Únicos estabelecidos pelos escritórios da OEI nacionais trabalham coordenadamente com outras organizações de caráter público ou privado que tenham como missão atender às pessoas que retornam ou oferecer serviços básicos que possam ser requeridos por elas, na intenção de facilitar a reinserção laboral e pessoal.

3.0 **Capítulos Nacionais**

A premissa básica sob a qual foi desenhada o projeto “Balcões Únicos” direciona que os processos de retorno de imigrantes da América Latina a seus países de procedência eram uma realidade que se tornaria sustentável no tempo, coerente com a etapa de crescimento e crescimento social que estava vivendo a região. Paralelamente, na América Latina, os governos têm investido mais recursos em suas políticas públicas de formação, emprego e proteção social. Esta situação tem mostrado que associar os retornados com os recursos de seus países de origem cobrará maior sentimento de relevância no planejamento e execução dos processos de retorno sustentável vinculados ao desenvolvimento e às políticas públicas dos países latino-americanos.

A seguir apresentamos um capítulo para cada um dos países da América Latina onde se desenvolve o projeto. Cada um dos capítulos tem como objetivo:

- Contextualizar o fenômeno do retorno: características principais dos retornados e dados estatísticos por país;
- Analisar a informação dos recursos e medidas adotadas pelos países, segundo a experiência dos Balcões Únicos como serviço de atendimento aos retornados⁵.
- Apoiar a sustentabilidade dos Balcões Únicos, fornecendo informação sobre lições aprendidas, recomendações e conclusões, funcionando como órgão de assistência, derivação e posterior avaliação da reinserção do retornando.

⁵ Se anexa “Guia de Recursos” de cada país.

3.1 Bolívia

Para descrever as características principais do fenômeno do Retorno em Bolívia, é imprescindível mencionar a mobilidade humana dos bolivianos, em termos de emigração.

Nos últimos anos, o fluxo migratório de bolivianos (de ambos os sexos) ao estrangeiro tem sofrido ascensão vertiginosa. Este fato deve-se fundamentalmente ao motivo de que as pessoas buscam melhorar suas condições de vida em outro país⁶. Atualmente a Bolívia é um país em diáspora. O crescimento sustentado de diversos grupos de migrantes e seu importante impacto dentro de suas fronteiras obrigam a considerar o caso boliviano como um dos mais significativos para o estudo das migrações internacionais latino-americanas⁷. Pode-se afirmar que o tema da emigração em Bolívia é um fato estrutural, tomando em consideração os dados oficiais.

De acordo com o último Censo Nacional de População e Vivenda de 2001, a população estabelecida na Bolívia soma 8.274.325 habitantes e, estava projetado para o ano 2010, o aumento para 10.426.154 habitantes⁸.

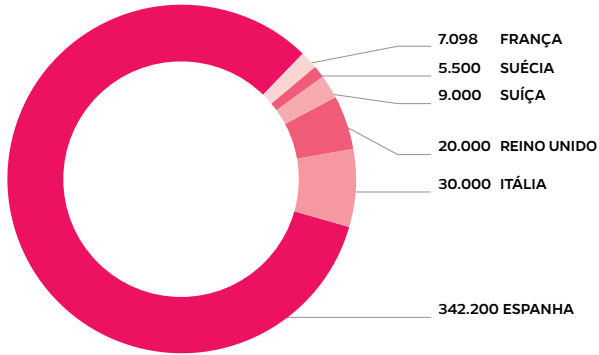
Segundo a informação fornecida pelo Ministério de Relações Exteriores, estima-se que mais de 20% da população boliviana encontra-se fora do país. Traduzindo em cifras, isto alcança aproximadamente 2.107.660 bolivianos (de ambos os sexos) que se encontram residindo no estrangeiro. Na Argentina residem 1.261.930 bolivianos, representando 59,87% do total, e na Espanha, 172.412 pessoas, representando 16% do total, segundo os dados do INE de 01/01/2013. Para projetar o número de retornados, consideramos necessário dimensionar a quantidade de imigrantes bolivianos de acordo com seu país de residência em Europa.

⁶ “Exame dos informes apresentados pelos Estados, partes de conformidade com o artigo 73 da Convenção. Segundo informe periódico. Estado Plurinacional da Bolívia” (18 de outubro de 2011).

⁷ Hinojosa Gordonava, Alfonso R.: Buscando a vida. Famílias bolivianas transnacionais na Espanha. CLACSO /Fundação PIEB, A Paz, 2009.

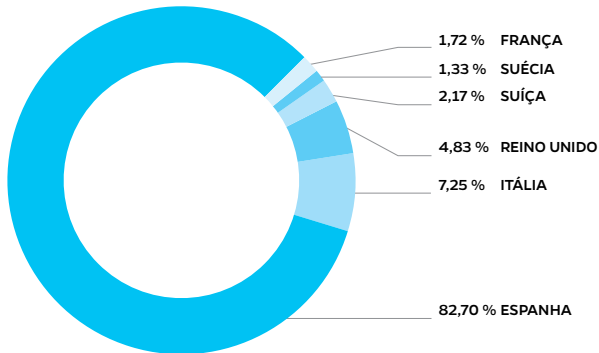
⁸ Dados do Instituto Nacional de Estatística referentes à população total projetada: <http://www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20410.HTM>

Gráfico 1. População boliviana nos países europeus



Elaboração própria, a partir dos dados do Ministério de Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia

Gráfico 2. População boliviana na Europa (porcentagem por país)



Elaboração própria, à partir dos dados do Ministério de Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia

Com base nos dados do Ministério de Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia, pode-se sinalizar que residem na Europa um total de 413.798 bolivianos, concentrando a presença em três países: 82% na Espanha, 7,25% na Itália e 4,83% no Reino Unido.

Neste contexto pode-se afirmar ainda que, na última década e no âmbito das migrações internacionais, a Espanha tem se constituído como um país com grande potencial de atração migratória. De fato, é o país da União Européia (UE) onde mais tem crescido a imigração⁹. Especificamente, em relação à população boliviana, a partir do ano 2000 iniciou-se um processo de emigração à Espanha, sendo o ponto de ápice de entre o período 2005-2007, e afetando-se quando se implanta o requerimento de solicitar visto para o ingresso ao país.

Esta tendência está mais presente (contrastada) nesses anos a partir das sucessivas crises financeiras que afetam alguns países europeus¹⁰, especificamente na Espanha, onde a grande recessão iniciou em 2008 e estende-se até a atualidade. De acordo com dados oficiais, o índice de desemprego passou a registrar ápice histórico no primeiro trimestre de 2013, com mais de 6.200.000 parados (correspondente a 27,16% da população). Esta situação impacta diretamente na população imigrante, particularmente nos latino-americanos, pois são os mais castigados pela crise e retornam paulatinamente a seus países de origem. Neste contexto, o caso boliviano não é exceção. Segundo os dados do INE de 01/01/2013, a população boliviana residente na Espanha tinha diminuído em comparação ao mesmo período ano anterior, na grandeza de 13.500 pessoas, sendo um dos grupos mais atendidos pelos projetos de ajuda ao Retorno Voluntário financiado pelo Ministério de Emprego e Seguridade Social da Espanha (dados publicados em sua página web).

De acordo com diversos estudos de caso, nas famílias bolivianas, tendo em vista o início da crise em 2008, o primeiro em ficar desempregado é o homem, passando a serem as mulheres responsáveis pelo sustento da família, trabalhando como

⁹ Hinojosa Gordonava, Alfonso R.: *Análise descritiva das instituições responsáveis da gestão das políticas migratórias na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Fortalecimento do diálogo e da cooperação entre a UE e ALC para o estabelecimento de modelos de gestão sobre migração e políticas de desenvolvimento*. FIIAPP, dezembro de 2011.

¹⁰ *Ibidem*.

empregadas domésticas. Na medida em que a crise aumenta, o homem é o primeiro em retornar e, em muitos casos, em companhia de um ou mais filhos, sendo a mulher última a retornar.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DA BOLÍVIA: UM CONTEXTO IDEAL PARA O RETORNO?

O crescimento econômico da Bolívia chegou a 7% em 2013, conforme dados do INE (Instituto Nacional de Estatística). As principais atividades econômicas que colaboraram no crescimento da economia boliviana foram a exploração do petróleo cru e gás natural, serviços financeiros, serviços bancários taxadas e impostos internos. A informação está contida no Índice Global de Atividade Econômica (IGAE).

Este crescimento econômico impactou nos dados do PIB *per capita* do país. Tem-se conseguido elevar a renda per capita dos 800 dólares anuais a 3.000 dólares, e o objetivo do Governo é que, ao final esta década, sejam alcançado os 8.000 dólares. As medidas adotadas pelo Governo também têm permitido uma divisão mais equitativa da riqueza, reduzindo as diferenças entre o 10% mais rico e o 10% mais pobre, da taxa inicial de 1 a 168 à taxa atual de 1 a 45. Referenciando o nível da pobreza, atualmente dois de cada dez bolivianos encontram-se em situações de extrema pobreza, frente à relação de quatro de cada dez de alguns anos atrás. O objetivo do Governo atual é que nenhum boliviano se encontre nesta situação até o ano 2025.

Em relação ao mercado de trabalho na Bolívia, pode-se destacar que a taxa de desemprego diminuiu do 7,3% reportado na gestão passada ao 5,5% neste ano, conforme fontes do Governo¹¹. E em relação ao salário mínimo, podemos sinalizar que houve crescimento de 350%, do ano de 2001 ao ano 2014.

¹¹ <http://www.fmbolivia.tv/governo-boliviano-afirma-que-a-tasa-de-desemprego-bajo-a-55/>

Tabla 1. Evolução do salario mínimo nacional

SALARIO MÍNIMO NACIONAL 2001-2014			
Ano	Bs	USD	% de evolução
2001	400	57,39	
2002	430	61,69	7,5
2003	440	63,13	9,3
2004	440	63,13	0
2005	440	63,13	0
2006	500	71,74	12
2007	525	75,32	4,76
2008	577,5	82,86	9,09
2009	647	92,83	10,74
2010	679,5	97,49	4,78
2011	815,4	116,99	16,68
2012	1000	143,47	18,46
2013	1200	172,17	16,67
2014	1440	206,60	16,67

Elaboração própria, à partir dos dados publicados na Gaceta Oficial da Bolívia, segundo o INE

ESTATÍSTICAS SOBRE OS INDIVÍDUOS QUE RETORNAM AO PAÍS DE ORIGEM

Neste contexto, onde a Bolívia é um país pujante em termos macroeconômicos frente a uma situação de crise grave como está vivendo a Espanha, uma das alternativas é retornar.

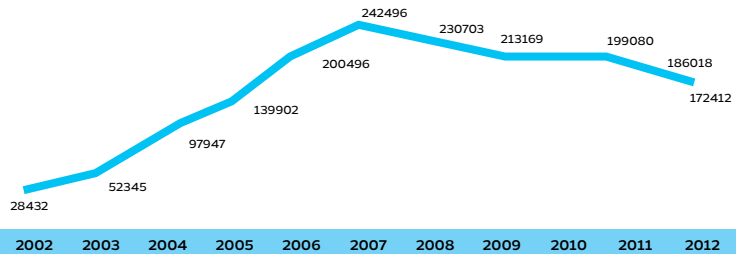
Segundo a Embaixada do Estado Plurinacional de Bolívia na Espanha, nos últimos cinco anos, pelo menos 40.000 bolivianos que moravam nesse país decidiram retornar à Bolívia ou emigrar para outros países, fugindo da crise econômica que há vários anos acontece na Espanha. Um dos detonadores da crise foi o aumento dos preços das vivendas: a quebra do setor da construção, que absorvia a maior quantidade de força laboral boliviana. Finalmente, cabe sinalizar que, sendo consequência direta da crise a redução das remessas financeiras que os imigrantes enviam à Bolívia, os dados mostram que as mesmas não têm diminuído substancialmente e continuam representando 45% de todo o dinheiro que os bolivianos pelo mundo remetem a seus familiares, segundo dados fornecidos pelo Banco Central da Bolívia¹².

¹² <http://www.bolivia.é/bolivianos-em-espana.html>

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e o Observatório Permanente da Imigração do Ministério de Emprego e Seguridad Social da Espanha, até o ano de 2007 produziu-se um crescimento importante e sólido da entrada de bolivianos no país, porém à partir do ano de 2008 aconteceu o efeito contrário, devido aos compatriotas bolivianos começarem a retornar ou buscar novos destinos, devido à crise na Espanha.

BOLIVIANOS INSCRITOS EM REGISTROS DA ESPANHA

Bolivianos inscritos em registros em milhares



Fonte: INE Espanha. <http://www.bolivia.é/bolivianos-em-espana.html>

O fluxo migratório na Bolívia cresceu no ano 2013 e mostrou tendência distinta à registrada nos três anos anteriores, pois o ingresso de pessoas ao território nacional superou as saídas, de acordo com os dados da Direção Geral de Migrações do Ministério de Emprego e Seguridad Social da Espanha. A soma de 1.352.824 de bolivianos ingressaram no país, tendo saído da Bolívia 1.326.432, conforme as estatísticas até setembro de 2013. Neste caso, têm uma diferença de 26.392 pessoas a mais que entraram ao território nacional, o que representa o percentual de 1,95% da população.

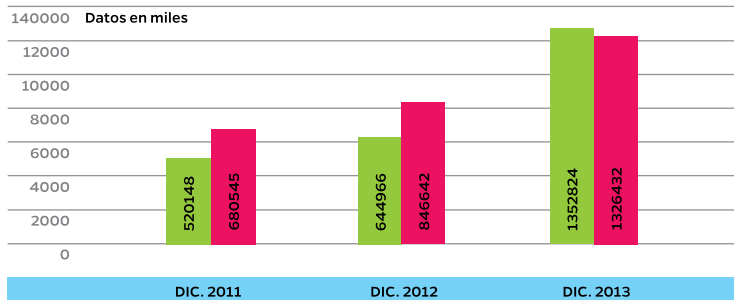
A diferença com relação aos anos anteriores é notória: em 2012 os ingressos somaram 644.966 pessoas, no entanto as saídas chegaram a 846.643; e em 2011, entraram ao país 520.148 pessoas, e saíram 680.545¹³.

¹³ <http://noticiasdesdebolivia.blogspot.com/2013/12/ingreso-de-bolivianos-ao-pais-supera.html>

ESTATÍSTICAS MIGRATORIAS

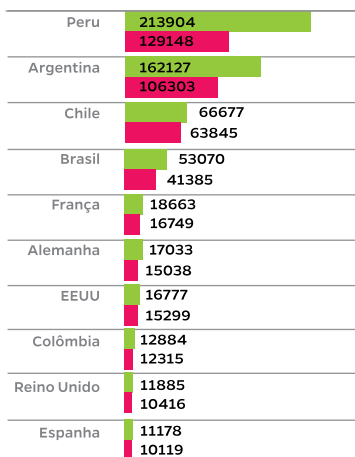
Registro de entradas e saídas de bolivianos

● entradas ● saídas



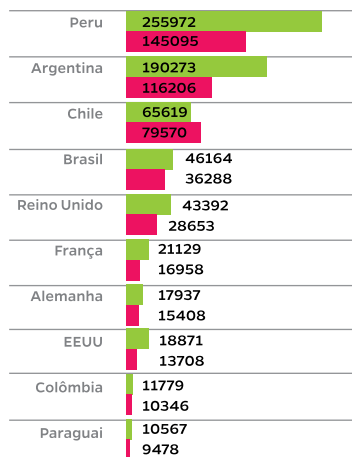
Flujo Migratorio por nacionalidade. Dez países com maior fluxo 2013

● entradas ● saídas



Flujo Migratorio por nacionalidade. Dez países com maior fluxo 2012

● entradas ● saídas



Fonte: A Razón (Edición impresa) / William Farfán / A Paz, 8 de dezembro de 2013

CONTEXTO LEGAL E POLÍTICO NA BOLÍVIA

O Estado Plurinacional da Bolívia tem implementado desde 2009 uma série de normativas em prol dos direitos dos migrantes bolivianos no exterior. O marco legal está definido à nível nacional pela Constituição Política do Estado e pelas leis que garantem seu cumprimento. No âmbito internacional, encontram-se as Convenções Internacionais, que são uma fonte do Direito Internacional, as quais são também conhecidas como Tratados, sendo a Bolívia país signatário dos tratados e convenções, de cumprimento obrigatório e com caráter legal¹⁴.

Referente à temática migratória, pode-se destacar um ponto importante na promulgação da Lei n.º 370 de Migração, de 8 de maio de 2013. Esta lei, de acordo com a opinião divulgada pelas instituições da sociedade civil, não tem sido consensual nem delineada seguindo as políticas públicas e não define objetivos claros com relação à migração. Pelo contrário, estabelece principalmente aspectos sobre a imigração em geral, e não sobre a situação dos bolivianos que se encontram no exterior e os migrantes retornados¹⁵.

No ano 2000 foi definido o Decreto Supremo n.º 25870 Regulamento da Lei de Aduanas, cujo artigo 192 refere-se especificamente ao “alcance da franquia para o equipamento doméstico” de imigrantes bolivianos que retornam ao país. No ano de 2006 foi sancionada a Lei n.º 3325 sobre tráfico de pessoas e outros delitos relacionados, e a Lei de Migração n.º 370, que, entre outros assuntos, definem as entidades competentes, as atribuições do Conselho Nacional de Migração, os direitos, deveres e garantias dos imigrantes, os tipos de vistos e as condições de permanência e de naturalização. É importante mencionar que esta última Lei conta com a regulamentação aprovada em março do ano de 2014 (Decreto Supremo n.º 1923), onde podemos destacar os artigos que se referem ao Retorno no Título VI denominado “Bolivianas e bolivianos no exterior” (Capítulo único: “Facilidades para o retorno”)¹⁶.

¹⁴ http://é.wikipedia.org/wiki/Convenci%C3%B3n_de_Viena_sobre_o_Direito_de_os_Tratados_celebrados_entre_Estados_e_Organizações_Internacionais_o_entre_Organizações_Internacionais

¹⁵ Os artigos e seções referidos especificamente a Retorno são: art. 59 (Proteção, atenção, vinculação e retorno), art. 61 (Facilidades para o retorno), art. 62 (Certificação de ofício ou ocupação), art. 63 (Acesso à educação) e art. 64 (Exceção do trâmite).

¹⁶ Art. 28 (Facilidades para o retorno), art. 29 (Certificación de oficio u ocupación), e art. 30 (Excepción do trâmite).

O Estado Plurinacional da Bolívia tem alcançado avanço considerável na dimensão normativa, sinalizado pelo próprio Governo¹⁷. Em termos programáticos é pouco o que se tem estruturado institucionalmente à respeito do apoio ao imigrante no país, sendo, em muitos casos, pela falta de recursos econômicos provenientes do Estado boliviano. É importante mencionar que os Ministérios do Trabalho, Educação e Relações Exteriores tem colocado a temática do “Imigrante Retornado” em suas respectivas agendas, com o fim de empreender políticas públicas. Assim, em setembro de 2013, o presidente Evo Morales anunciou que está sendo elaborado o “Plano Digno de Retorno”.

Neste contexto, é importante ressaltar que o retorno pode ser considerado como uma oportunidade e, às vezes, como um desafio, tanto para o país de origem, como para o próprio retornado. O capital social acumulado que trazem os retornados no plano do conhecimento e das aprendizagens positivas pode ser repassado à sua própria sociedade de acolhida, tanto no plano produtivo como no de cultura política e cidadã, sendo esta uma grande oportunidade.

Em relação ao campo da saúde e da educação, toda política deve considerar enfoques que incorporem as diferenças de gênero, de geração e de grupo cultural. As políticas migratórias poderiam desenvolver nos programas de atendimento aos retornados um enfoque integral e diferencial, considerando não somente a saúde biofísica, mas a saúde preventiva e a saúde mental. Finalmente, o retornado requer apoio em sua reintegração sócio-familiar, muitas vezes complexa e não extinta de tensões. Sobre tudo, tem-se em conta a necessidade de se readequar produtivamente e sentir-se novamente reconhecido como sujeito de direitos, tal e como pudesse ter percebido em sua longa viagem migratória¹⁸.

¹⁷ “Examen dos informes presentados pelos Estados partes de conformidad com o artículo 73 da Convención. Segundo informe periódico. Estado Plurinacional de Bolívia” (18 de octubre de 2011).

¹⁸ Mejía Ochoa, William e Castro, Yeim: *Retorno de migrantes à Comunidade Andina*. Fundación Esperanza, Bogotá, 2012.

ANÁLISE DO “GUIA DE RECURSOS”

O “Guia de Recursos” elaborado pelo Balcão Único é um instrumento de uso cotidiano destinado a apoiar os bolivianos que retornem à Bolívia. O guia foi sistematizado focando os âmbitos de intervenção macro, ou seja, políticas públicas nacionais, programas de saúde, educação e de índole econômica, políticas públicas departamentais e micropolíticas em governos municipais.

O “Guia de Recursos” estrutura-se em três grandes capítulos. O primeiro faz uma descrição macro, ou seja, descreve as políticas sociais que se implementam a nível nacional. O segundo é ficado no nível local, tanto departamental como municipal, levando em consideração que são três as cidades que concentram o maior número de retornados (La Paz, Cochabamba e Santa Cruz). Já o terceiro capítulo descreve os recursos oferecidos pelas ONGs. Todas tem um subcapítulo com três temáticas: social, laboral e educativa. Este “Guia de Recursos” não é definitivo, mas é um documento que é atualizado na medida das demandas de informação solicitadas pelos próprios retornados.

O compêndio compreende o total de 38 fichas, classificadas da seguinte forma:

No “Capítulo I.- Instituições públicas e privadas a nível estatal nacional”, reuniu-se informação sobre os programas vigentes dentro da área laboral, da área social e da área educativa. Adicionalmente, pode-se encontrar informação sobre requisitos relacionados com impostos nacionais, assim como informação para desenvolver a inscrição legal de uma empresa individual. Descrevem-se quatro serviços referentes à área laboral, com foco no autoemprego. Na área social, identificam-se recursos conforme as necessidades dos usuários, relacionados com moradia, atualização de documentação de identidade na Bolívia, seguro médico de saúde, assessoramento jurídico, etc. Em relação à área educativa, contém informações sobre procedimentos relacionados com o SEDUCA (Serviço Departamental de Educação), destacando o serviço de legalização de títulos e homologação. Ainda nesta área, contém informação sobre os cursos que ministra o Centro de Educação à Distância, além das bolsas de estudo que concede a Universidade Maior de São Andrés (UNSA).

No “Capítulo II.- Instituições públicas e privadas departamentais e/ou locais e ONG”, reuniu-se informação sistematizada em duas áreas: área de emprego e área social. Referente à primeira, foi possível consolidar informação sobre dez programas de apoio ao empreendedorismo, focando nos jovens e nos setores relacionados com os perfis de negócio solicitados pelos retornados. Já na área social, sistematizou-se informação sobre dezesseis ONGs que trabalham na área de migração ou que desenvolvem diversos programas e projetos que contemplam como beneficiários o imigrante ou retornando, dedicando algum desses programas principalmente à mulher como população objetivo e outros, à área produtiva e de desenvolvimento local.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Existem duas correntes diferentes acerca da implementação de políticas públicas (na Bolívia) para os migrantes retornados. A primeira delas defende fornecer maiores benefícios ao retornando através de apoio a microempreendimentos, moradias ou programas similares implementados na região. Em contrapartida, uma segunda corrente defende que os retornados abandonaram o país, pelo qual não devem gozar de maiores benefícios que outros cidadãos bolivianos, apenas ser considerado como um igual.

Neste contexto, as recomendações para a implementação de melhores políticas públicas para os bolivianos retornados são as seguintes:

- Consolidar espaços de colaboração entre o Estado e outras instituições do setor privado para realizar ações e estratégias de proteção e apoio à reinserção social, econômica, jurídico-legal e psicológica dos migrantes retornados.
- Dar funcionamento ao Conselho Nacional das Migrações criando um Comitê do Retorno cujas funções principais sejam consolidar e socializar procedimentos intersetoriais. Um exemplo disto poderia ser a regulamentação de equipamento doméstico, porque já há vários anos percebe-se que as pessoas e funcionários de aduana a desconhecem e por conta disto em algumas ocasiões se produzem abusos ao retornando. Outro exemplo poderia ser a convalidação de titulações por competências adquiridas no exterior, que deveria ser emitido

pelo Ministério de Educação e que, embora esteja regulado em seu procedimento, não está devidamente socializado. Da mesma forma, existem uma série de direitos que não estão sendo difundidos devidamente entre a população retornada.

- À respeito das cifras reais de retornados, não existem fontes confiáveis. E isto pode ser devido à falta de recursos humanos tecnológicos, procedimentais, etc. De fato, não existe um registro, nem no Consulado do país de acolhida, nem na Chancelaria.
- Complementar os processos de implementação e regulamentação da Lei n.º 370 de Migração, assim como a assinatura (comprometimento) por parte do Estado Plurinacional de Bolívia do Convênio Multilateral Ibero americano de Seguridade Social. Esse acordo implica que se um boliviano que trabalha no exterior, e que realiza seus aportes ao sistema de pensões no país de acolhida, decide regressar, esses aportes devem retornar via convênios, trâmites e demais procedimentos de caráter legal ao Sistema de Pensões boliviano, para que o cidadão que retorne e continue trabalhando aqui possa recorrer ao mesmo quando esteja em idade de se aposentar, e receber sua pensão de acordo aos aportes que tenha feito ao longo de sua vida.
- Melhoras nos serviços de informação e comunicação: o boliviano retornado precisa informação confiável e atualizada sobre os programas e projetos (saúde, educação, produção) governamentais e as ONGs disponíveis no âmbito nacional e local, para que consiga que a sua reinserção seja mais eficiente.
- Fornecer os procedimentos administrativos adequados para que as iniciativas sociais desenvolvidas em países de destino incidam eficazmente no benefício da população suscetível de retornar.
- Criar espaços de cooperação no âmbito produtivo de tipo intersetorial, a nível nacional e local. Deste modo, fortalecem-se as iniciativas dos bolivianos retornados e conseguir que os microempreendimentos que iniciem atividades tenham relação intrínseca com as necessidades locais.
- Capacitar o funcionário público, principalmente os que estão envolvidos na chegada de retornados nas Direções Gerais de Migração, Aduana e Educação.

- Implementar um número maior de estratégias intersetoriais de trabalho entre o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério de Educação para a convalidação de títulos, cursos, etc.
- Conseguir acordos inter institucionais para que o trabalho dos Balcões Únicos na Bolívia possa ser desenvolvida na maior extensão territorial possível, e assim atender à pessoa retornada em seu mesmo âmbito geográfico.

CONCLUSÕES

O escritório da Organização de Estados Ibero americano na Bolívia têm demonstrado um compromisso muito importante com cada um dos beneficiários. Encontraram-se distintas estratégias para o atendimento particular e personalizado conforme cada caso atendido, para problemas familiares, econômicos e/ou educativos. Como dito anteriormente, foi no ano de 2009 que o Estado boliviano colocou em sua agenda política o tema migratório, principalmente nos aspectos relacionados com o boliviano que reside no exterior. Porém, o assunto do retorno está pendente em termos programáticos a nível intersetorial.

Ao longo do processo de implementação do balcão Único, tem-se finalizado distintas estratégias de trabalho intersetorial e interinstitucional com o Ministério do Trabalho, a Defensoria do Povo, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério de Governo, a Assembléia Legislativa Plurinacional da Bolívia, os governos municipais e as ONGs especializadas em temas migratórios. O contexto não foi muito favorável, pela situação incerta, para a implementação da Lei n.º 370, e, ao mesmo tempo a definição e a elaboração da regulamentação foram um freio para a tomada de ações conjuntas. Por tudo isso, o apoio prestado desenvolveu-se de forma mais sólida (concreta) no curto prazo e diretamente com os beneficiários.

Este contexto, que de algum jeito limitou os alcances em termos interinstitucionais do Balcão Único, agravou a situação pelo fato de que as estruturas governamentais a nível local não possuem estratégias de proteção social, motivo pelo qual torna-se mais difícil o trabalho para conseguir que os retornados tenham acesso a distintos benefícios sociais.

Dos casos atendidos pelo Balcão único, mais de 85% do total tem idéias empreendedoras. Porém, o início de atividades é complicado devido aos excessivos trâmites administrativos e o acesso limitado ao financiamento.

No estudo realizado pela Fundação ACOBE sobre emigrantes bolivianos retornados, comprova-se a demanda para assessoramento e apoio à pessoa empreendedora, de forma que o conjunto de suas remessas sociais possa encontrar uma via produtiva que facilite sua reintegração, assim como caracteriza-se a urgente necessidade do envolvimento dos governos de ambos os lados para facilitar uma adequada reintegração. Conforme os dados da mesma entidade, foram apoiados mais de 70 empreendimentos produtivos a pessoas retornadas a Bolívia desde o ano 2009, com fundos públicos espanhóis e europeus, mas que não têm contado com o suporte após a finalização do projeto gerenciado pela entidade.

Para finalizar, o espaço fornecido pelo Balcão Único na Bolívia é fundamental no momento de apoiar ao retornado boliviano, visto que são poucas as instituições tanto governamentais como não governamentais que podem fornecer este tipo de apoio de orientação, informação e de ajuda econômica.

3.2 Brasil

As relações entre o Brasil e a Europa vem se estreitando já há bastante tempo e estão marcadas pela migração das pessoas, desde a época do descobrimento, até os dias atuais. Estas migrações tem adquirido, no passar do tempo, diversas direções, modalidades e durações, motivadas pelo desenvolvimento das relações de intercâmbio e cooperação entre o Estado brasileiro e os Estados europeus.

São vários os elementos envolvidos no aumento da migração, desde razões políticas e econômicas internacionais até motivos pessoais e familiares.

À partir da década de 80 (a denominada “década perdida”, marcada por sucessivas crises econômicas e programas de ajustes estruturais em toda a América Latina, e também pelo processo de crescimento da União Européia), o Brasil inaugurou uma nova fase nos deslocamentos de sua população, com evidente crescimento do número de brasileiros que optaram por viver no exterior, predominantemente em países desenvolvidos como o Japão, Estados Unidos, Itália, França, Portugal, Espanha e Reino Unido.

O ano de 2008 foi o momento de maior presença dos brasileiros no exterior: aproximadamente 4,5 milhões de brasileiros residiam fora do país. O censo demográfico de 2010 apontou como principais destinos europeus: Portugal, Espanha e Inglaterra e, em menor número, Bélgica e Irlanda.

Diferente da emigração aos Estados Unidos, o ingresso na Europa não precisava de visto, o que reduzia os custos da viagem e fazia com que fosse acessível para migrantes de qualquer perfil sócioeconômico. No caso de Portugal, a entrada tornou-se mais fácil ainda, graças à menor barreira de idioma, as similaridades culturais e a maior facilidade de integração no país destino. Entre os motivos mais frequentes encontram-se as razões de ordem econômica (34%) e de oportunidade profissional (19%) (Góis et ál., 2009). A faixa etária predominante estava entre 20 e 30 anos (75%), o que não era diferente nos casos de migração para outros países da Europa.

O perfil do brasileiro que migra para a Itália é similar ao que migra para Portugal: faixa etária predominante entre 20 e 44 anos (71,5%), conforme estudos de Fenández e Rigotti (2008), predominantemente mulheres (70%). Uma alta proporção de brasileiros informa ter emigrado por motivos de ordem familiar (25,3%), sendo um percentual maior que os que emigram por motivos de empregabilidade (15,7%).

A pesquisa realizada por Solé, Cavalcanti e Parella (2011) aponta também as similaridades do perfil brasileiro na Espanha: 70% são mulheres, 65,9% tem idade entre os 20 e 39 anos, 50,2% possuem ensino médio completo e 66,4% são imigrantes irregulares. O grau de escolaridade predominante é o ensino médio completo (51%) e apenas 16% possuem somente o ensino fundamental. A maioria admite que migra para melhorar sua situação financeira, ou por falta de oportunidades profissionais em seu lugar de origem.

No entanto, existem emigrantes brasileiros que se arriscam a ingressar em países europeus de forma irregular e enfrentam as vulnerabilidades que esta condição os submete. Las situações de vulnerabilidade podem ser econômicas ou sociais, e tem impacto material ou emocional, e frequentemente acontecem ao mesmo tempo. Algumas dessas vulnerabilidades são: desemprego, subemprego, pobreza e situações de perdas ou dificuldades nas relações familiares e sociais (como divórcio, falecimento de um parente querido, falta de perspectiva para uma vida afetiva satisfatória no ambiente onde vivem, discriminação de gênero, homofobia, etc.).

Algumas publicações sobre o assunto apontam que estes brasileiros chegam a contemplar a imigração irregular como uma alternativa de mudança de vida, pois vivem em um entorno em que a emigração já é parte da cultura local e então se sentem influenciados por muitas histórias de emigração de sucesso que ainda não viveram ou mesmo lhe foram contadas omitindo as dificuldades que na prática foram encontradas e que fazem que esta alternativa seja atraente. Desta forma, as decisões se fundamentam em informações de redes sociais de familiares e amigos que já migraram, e estimulados pelo apoio prometido daqueles que ainda se encontram no lugar de destino. Logo, trata-se de uma decisão baseada na confiança dos laços familiares e de amizade (ICMPD, 2011; Cavalcanti et ál., 2011).

Existem fortes indícios que esses imigrantes calculam o valor que receberão (familiar ou individualmente) em um país de moeda forte, de maneira que quando esse valor seja enviado ao Brasil, poderá ser utilizado para melhorar determinada situação socioeconômica, além de aumentar seu status na família e na sociedade (ICMPD, 2011). Migram sabendo que inicialmente estarão em uma situação administrativa irregular, com a esperança de regularização e são conscientes dos riscos que correm de não entrarem legalmente ou serem deportados. Normalmente deixam o Brasil pouco informados sobre os países a que vão e as consequências que acarretam as condições de sobrevivência e trabalho em condições de irregularidade que tenham de enfrentar (ICMPD, 2011).

Assim, migram fazendo planos para seu retorno ao país natal e para o investimento que farão durante sua permanência em países estrangeiros, ou mesmo para após o retorno, porém mantém os vínculos familiares e comunitários através de correspondências, telefonemas, internet e remessas periódicas de dinheiro destinadas ao investimento, para custear não somente a educação, mas também a saúde e cobrir outras necessidades de sobrevivência de seus familiares no Brasil (Góis et ál., 2009).

Com frequência, tentam que seus conhecidos mais próximos os acompanhem no processo, uma vez que sentem-se integrados nos países de destino, provocando um fluxo de emigração, quase sempre dos familiares mais próximos, que podem chegar de forma irregular, repetindo a experiência dos primeiros parentes que chegaram. Além disso, procuram ocupação imediatamente após a chegada ao país de destino, e muitos encontram facilmente empregos que geralmente se oferecem a estrangeiros, por serem trabalhos que requerem baixa qualificação e, conseqüentemente, possuem baixa remuneração em comparação com as ocupações dos cidadãos nativos daqueles países. Os setores mais comuns de ocupação são hotelaria, comércio, serviços domésticos e construção civil (Piore, 1979; Benito et ál., 2009; Góis et ál., 2009). Não lhes importa assumir muitas horas de trabalho, pelo menos no começo, objetivando economizar para retornar ao Brasil, e com a esperança de obter uma alta qualidade de vida e poder aproveitar a cultura e o descanso (Fernandes; Pinto, 2009).

Na maioria dos casos, sem nenhum conhecimento prévio sobre seus direitos no país de destino, os imigrantes dependem

totalmente das informações e da solidadriedade das redes sociais que lhes prometeram apoio. Frequentemente se decepcionam com a ausência dessa rede, e inclusive em algumas ocasiões se transformam em vítimas de exploração laboral e/ou sexual.

Existem algumas características comuns no comportamento dos imigrantes, que merecem ser destacadas:

- Em geral não procuram informações oficiais sobre os países de destino;
- Entram no país de destino como turistas e acabam ficando por um período maior do que o permitido pelo visto, permanecendo em situação irregular até que, em raras ocasiões, conseguem regularizar os documentos;
- Normalmente os imigrantes brasileiros que entram em Portugal e na Espanha o fazem diretamente do Brasil, sem utilizar outros países como portas de entrada.

Segundo estimativas do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a migração brasileira vem diminuindo com o tempo. No ano de 2012 chegou à soma de 2,5 milhões de pessoas residindo no exterior, em 190 países diferentes, os quais estão, em sua maioria, empregados nos países onde vivem. Estudos recentes mostram também que as generalizações sobre o perfil dos brasileiros que migram para outros países não são possíveis, pois os perfis socioeconômicos e demográficos variam, dependendo do lugar de origem, o destino e o período de migração.

Conforme já mencionado anteriormente, os países da América do Sul são tradicionalmente migrantes extra-regionais para países membros da União Européia, com fortes laços históricos. Segundo o informativo da OIM, Portugal é receptor da maior comunidade brasileira, o que corresponde ao 25,5% do total de estrangeiros em 2011 (111.445 indivíduos).

No entanto, estudos recentes demonstram que estes fluxos migratórios mudaram nos últimos anos e muitos migrantes escolheram voltar a seus países de origem, provocando uma migração de retorno. Este processo está interligado, por um lado, ao declínio de oportunidades econômicas nos países que tradicionalmente recebem imigrantes da América do Sul, afetados pela crise financeira e, por outro lado, ao fortalecimento das

economias de alguns países latino-americanos. A vulnerabilidade socioeconômica e a exploração dos trabalhadores emigrantes afetados pela crise europeia levaram as organizações internacionais a atuar na recepção e no apoio ao retorno desses imigrantes, com maior intensidade.

Para a OIM, desde o ano de 2011, Portugal está entre os países da União Européia que mais apóia os brasileiros com o retorno assistido, assim como a Bélgica, a Irlanda e a Holanda. Em 2012 foram 1.802 retornados pela OIM (554 de Portugal, 330 da Bélgica, 106 da Irlanda, 88 de Itália, 35 da Espanha, 9 da Suíça, 4 de Luxemburgo, 3 da Alemanha, 1 da Noruega e 1 da Eslováquia). No ano de 2013, Portugal passou a ser o primeiro país em número de brasileiros assistidos, apoiando 692 pessoas em seu processo de retorno. Dados da OIM indicam também que no período de 2007 até 2013, o número de apoios a brasileiros em Portugal aumentou de 70% para 86% (neste espaço de tempo, dos 3.600 migrantes apoiados, aproximadamente 2.900 eram brasileiros). Os principais estados federais para onde retornam os imigrantes são Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio de Janeiro.

Desta forma, o Brasil agora enfrenta os desafios relacionados com o retorno de seus cidadãos, no sentido da necessidade de reintegrá-los na sociedade e no mercado de trabalho. Até o momento, o projeto “Balcões Únicos” prestou assistência a brasileiros que viveram em Portugal e na Espanha, em sua maioria com grau de escolaridade básico. A maioria deles viveu de maneira irregular e, conseqüentemente, trabalhou no país de destino na informalidade, com remunerações baixas e sem acesso aos benefícios sociais. Mesmo que a remuneração fosse suficiente para o sustento familiar, com a crise econômica e o desemprego galopante, estas pessoas foram as mais afetadas e passaram a uma situação de vulnerabilidade crescente.

ANÁLISE DO “GUIA DE RECURSOS”

Baseado na experiência do projeto executado pelo OEI no período de 2011-2013 (PTRSI ou Sistema Euro-Latinoamericano para o retorno sustentável através da formação profissional e reinserção na América Latina), percebe-se que as necessidades urgentes e as demandas dos retornados estão dirigidas à inclusão

social, produtiva e educacional. Desde o PTRSI, foi articulada uma gama de serviços para apoiar os imigrantes retornados, disponibilizados por instituições públicas presentes nas mais diversas localidades brasileiras. Estes serviços hoje são oferecidos por uma única instância, o “Balcões Únicos”. Esta estratégia de organização de serviços foi motivada pela dispersão territorial dos retornados, mas também pela impossibilidade de saber antecipadamente em que cidade e estado brasileiros o retornado iria estabelecer domicílio.

Desta forma, o “Guia de Recursos” do projeto “Balcões Únicos” está constituído por serviços e referências de contatos a nível nacional, os quais são oferecidos, em sua maioria, por instituições públicas. A partir deste guia nacional, podem-se direcionar as demandas dos retornados para os distintos serviços locais e estaduais, para conseguir o apoio a uma reinserção efetiva.

O documento contém 17 recursos, agrupados em 03 assuntos: trabalho, serviços sociais e educação.

No campo do trabalho, a OEI apóia a articulação, à partir da definição do itinerário individual do beneficiário que retornou, em direção à inclusão produtiva por intermédio da pesquisa de emprego ou trâmites para o empreendimento, inclusive com informações sobre as ofertas de microcrédito.

Para o campo **social**, a rede de instituições sociais articula-se a partir da coordenação nacional, que inicia o processo e direciona para o contato local da cidade de domicílio do retornado, facilitando assim o atendimento presencial com visitas, análise do perfil socioeconômico e o acesso aos benefícios de acordo com cada diagnóstico familiar ou individual. Existem também instituições que direcionam os imigrantes para a rede de serviços especializados, quando se trata da violação de direitos de qualquer natureza, mas também nos casos de requalificação profissional para apoiar a reinserção social. Informações sobre os serviços públicos que atendem os direitos dos trabalhadores, a saúde, o bem-estar e o acesso à moradia também fazem parte do guia, visando proporcionar uma amplitude de recursos que são fundamentais para a reinserção efetiva.

Em relação à **educação**, o “Guia de Recursos” apresenta os principais programas de acesso à qualificação profissional gratuita, que facilitam o fornecimento de informações gerais, a validação de

diplomas e a certificação na educação primária (fundamental) por intermédio de exames específicos.

Em linhas gerais, as duas principais redes de serviços podem ser ilustradas da seguinte forma:

a) Rede de assistência



b) Rede de acesso ao trabalho/emprego e qualificação



LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Com a experiência do programa “Balcões Únicos” no Brasil e o conhecimento das políticas de Retorno no país, a OEI indica algumas recomendações que respondem as necessidades da população retornada e que poderiam ser compartilhadas com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

No que se refere a assegurar a sustentabilidade dos serviços no Brasil, estruturalmente, a OEI recomenda às autoridades brasileiras e demais entidades envolvidas, as seguintes questões:

- Ampliar as informações sobre o conjunto de direitos e serviços ao cidadão brasileiro e sua divulgação ao mesmo antes do regresso ao Brasil (OEI, distintas ONGs, Rede Consular Brasileira, conselhos de cidadania, etc.).
- Aumentar os recursos financeiros e a rede de instituições para os serviços de acolhida e de seleção de beneficiários nos países europeus (União Européia e Brasil).
- Aumentar os recursos financeiros para o financiamento das passagens aéreas para Retorno ao Brasil (União Européia).
- Aumentar os recursos financeiros para o retorno assistido, facilitados pela rede de instituições sociais, de forma que se permita o acompanhamento dos retornados à curto/médio prazo e fazer um monitoramento de seus progressos na reintegração o país de origem (União Européia e Brasil).
- Definir parâmetros para a inclusão diferenciada da população migrante em políticas públicas de assistência (Brasil).
- Dispor de auxílio financeiro (temporal) procedente do presuosto público brasileiro para apoiar a reinserção social do migrante retornado em situação de vulnerabilidade (Brasil).
- Institucionalizar os “Balcões Únicos” como política pública de atenção ao migrante, centralizando em cada cidade informações sobre os servicios e as instituciones que os atendem. Sugere-se que esse papel seja realizado pelos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS). A primeira fase poderia ser nos municípios con maior fluxo migratório (Brasil).
- Estruturar uma política nacional de acolhida, que articule todas as dimensões do Estado brasileiro em uma política pública para

as migrações, atuando em rede para dar acesso automático aos serviços essenciais como saúde, educação, trabalho, etc. (Brasil).

- Organizar um sistema único de informações sobre os migrantes que recebem apoio para retornar aos países de origem, criando procedimentos que padronizem e sistematizem os dados (Brasil).
- Definir mecanismos para agilizar o reconhecimento dos diplomas e certificados obtidos em instituições de ensino europeias (Brasil-Conselho Nacional de Educação).

CONCLUSÕES

Os avanços económicos e sociais do Brasil nos últimos anos tem provocado o aumento do fluxo de migrantes retornados e imigrantes estrangeiros. Considerando que a estrutura administrativa brasileira não está convenientemente preparada para essa acolhida e para o apoio à reinserção sustentável, o Governo brasileiro está mergulhado em um amplo debate para a definição de medidas estruturales sobre esse assunto, dentre as quais a revisão da Lei do Migrante, na perspectiva de direitos humanos.

No caso nos migrantes brasileiros retornados, o momento é muito propício para ampliar as discussões sobre a necessidade de políticas mais efetivas para a reinserção sustentável, especialmente da população migrante em situação de vulnerabilidade.

Neste contexto, a OEI Brasil tem participado em seminários/ eventos públicos para apresentar o projeto “Balcões Únicos” como uma boa prática, na intenção de dirimir las discussões acerca de possíveis estratégias. Dentre os espaços onde a OEI tem participado, destaca-se a 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio (Comigrar), com a oficina “Retorno Voluntário Assistido e Reintegrado”, promovido pela OIM e pelo Ministério de Relações Exteriores.

Os resultados do projeto, em termos quantitativos, tem alcance limitado, não obstante, contribuirão significativamente para sensibilizar e ampliar o debate social para que incluam as perspectivas do direito à migração e o bem-estar do cidadão nas questões migratórias.

Além disso, sobressai-se que a cooperação com a União Européia possibilitou o desenvolvimento de instrumentos gerenciais e a ampliação do “Guia de Recursos”, a concessão de ajuda econômica aos beneficiários, assim como a capacitação dos gestores do projeto na temática para uma melhor prestação de serviços de atendimento ao público migrante.

Apesar destes resultados tão significativos, a falta de centralização de informações sobre os indivíduos que retornaram dificultou a rapidez na identificação das pessoas que poderiam ser beneficiárias do projeto.

Mesmo que as informações sobre o projeto estejam disponíveis no Portal de Retorno do Ministério das Relações Exteriores e na página web da OEI, os acessos aos serviços reduziram no primeiro ano. Além disso, as consultas iniciais eram, na maioria, para o financiamento da passagem de retorno ao Brasil, item que o projeto não contemplava.

À partir de 2014, no entanto, estabeleceram-se alianças com outras instituições que atuam nessa área no Brasil e no exterior, de forma que estas instituições serviram de porta de acesso às informações de potenciais beneficiários para que posteriormente possam ser entrevistados pela equipe gestora do projeto “Balcões Únicos” de maneira mais direta e eficaz.

3.3 Chile

Quando falamos de retornados no Chile, faz-se a associação imediata dos chilenos que reingressaram ao país trazendo de volta a democracia. Por isso, ao solicitar a disponibilidade de meios e mecanismos jurídicos para facilitar o processo de retorno e a reinserção no país, associa-se imediatamente com a necessidade de abordar os temas do exílio.

Não existem registros oficiais específicos sobre retornados no Chile. Porém se consideram os dados do Serviço Nacional de Aduanas, o número de chilenos que tem retornando a raiz da crise econômica em Estados Unidos no 2008 e mais recentemente de Europa va em aumento. Entre os anos de 2006 e 2007 a média de solicitações de ingressos de mobiliário/eletrodomésticos de casa e carros de propriedade de chilenos que voltavam depois de vários anos de residência nos Estados Unidos mediava os 320. À partir de 2009, a cifra aumentou para 620, e em 2010 foram 1.036. Entre os anos de 2006 e 2011, a média inicial quase triplicou (155% de aumento). De acordo com os registros da Polícia de Investigações, entre janeiro e setembro de 2011, o ingresso de chilenos provenientes da Europa cresceu 125% em relação ao mesmo período em 2010 e, segundo os registros do Serviço Nacional de Turismo, as viagens por turismo não cresceram mais do que 15% entre um ano e outro (la Tercera, 4-12-2011)¹⁹.

Segundo as estatísticas do Departamento do Serviço Social Consular, no ano de 2013 foram repatriados 92 conacionais, informação que faz relação com as solicitudes não aprovadas. Desses 92 casos, 53 deles (57,6%) provinham da Espanha e 28 (30%) da América Latina. O restante de repatriados procedia de outros países da Europa (Inglaterra e Itália) e do Oriente (Japão, Síria). Desses 92 casos, 67% deveu-se a condições de vulnerabilidade socioeconômica. Outros motivos aludidos foram: violência intrafamiliar, acidente ou enfermidade ou situação de emergência no país. No ano de 2012, o total de repatriados foi levemente menor, um total de 88 pessoas, das quais 43 foram provenientes da Europa (48,86%). E durante o ano de 2014,

¹⁹ Disponível em <http://diario.latercera.com/2011/12/04/01/contenido/pais/31-92772-9-casi-se-triplica-numero-de-chilenos-que-retornan-ao-pais-em-medio-de-a-crisis.shtml>

projeta-se uma cifra bastante menor, de aproximadamente 60 casos atendidos. O motivo desta última e significativa diminuição deve-se principalmente à restrição dos fundos assinados a esse propósito pela falta de um programa que concretize as políticas de retorno e reinserção no Chile.

ANÁLISE DO “GUIA DE RECURSOS”

O compêndio contém um total de 92 fichas de recursos nas áreas social, laboral e educacional, destinadas ao retornado chileno. Na área social, contabilizam-se 57 recursos; na área laboral, 25 recursos; e na área educativa, 10 recursos.

Na **área trabalho** como assalariado, registram-se 6 recursos, cujo conteúdo discorre sobre o acesso à oferta de trabalho, apoio em ações para solicitar, acessar ou dar sustentabilidade ao trabalho, e apoio monetário para jovens trabalhadores. Um dos recursos discorre à respeito da validação de competências profissionais, correspondente ao reconhecimento formal de competências laborais.

Referente à capacitação para o emprego, registram-se 7 recursos, consistentes em: programas de formação em ofícios e inserção laboral; capacitação agrícola para mulheres; formação para o trabalho; capacitação e certificação de operários requisitados por empresa; formação técnica e bônus de capacitação.

Em relação à empreendimentos, registram-se 11 recursos, públicos e privados, correspondentes a oferta de recursos e assessoria para empreendimento à mulheres e indivíduos em geral; para empreendimentos iniciais e para o subsídio de micro e pequenas empresas; e ainda para empreendimentos sociais e créditos para micro e pequenas empresas.

Dentro da **área social**, foram incorporados recursos relativos a trâmites de registro civil e solicitações de residência. Esses trâmites são de primeira necessidade para famílias com filhos nascidos no exterior e cônjuges estrangeiros.

Ainda na área social, contam-se 9 recursos de **assistência e previsão social**, que se organizam em torno a: a catalogação de beneficiários para o ingresso a recursos públicos; diversos tipos

de Pensões; subvenção familiar; convênios internacionais de Seguridade Social; bônus por filhos; seguro por morte.

Também nessa área encontram-se os recursos de **atenção à mulher**, sendo 07 no total. Aqui são identificados recursos como: acesso à casa de acolhida por violência intrafamiliar; centros de atenção à mulher; programas de alerta precoce de violência; apoio à maternidade em condições difíceis; programas para homens agressores e apoio a mulheres trabalhadoras.

Dentro de essa área também registram-se 5 programas de **atenção ao idoso**. São oferecidos programas como: fundos de serviço de atenção ao idoso; Programa de Alimentação Complementar do Idoso; aporte provisional solidário à pessoas de idade avançada; Pensões de residentes no estrangeiro.

Nessa área se contempla também **moradia**, existindo um total de 7 recursos. Aqui identificam-se programas de: subsídio de melhoramento de moradia; subsídio para aluguel de moradia; subsídio de ampliação de moradia para idosos; *leasing* habitacional; fundo solidário de eleição de moradia; subsídios à moradia para grupos emergentes e de classe média.

Na área social encontram-se os **recursos de saúde**. Aqui se identificam 13 recursos em: atendimento de urgência; atendimento a grávidas; atendimento de saúde à primeira infância; plano de acesso a garantias específicas da saúde; benefício de afiliação estendida; atendimento no FONASA (Fundo Nacional de Saúde); FONASA para trabalhadores. Também se encontram os programas da Fundação Parêntesis para reinserir indivíduos com problemas de dependência de algum fármaco, além de atendimento clínico.

Na área social se encontra também a **assistência jurídica**, com 12 recursos identificados. Também fazem parte desta seção **os recursos do serviço social consular, do registro civil e receita federal**, num total de 8 recursos relativos a: solicitações de apoio e assistência a compatriotas que transitam ou moram no exterior; ingresso e saída de menores; recuperação de nacionalidade; legalização de documentos; tradução de documentos públicos; registro civil de trâmites e serviços (cédula de identidade, nascimento e óbitos, entre outras); e permissões de residência temporária e definitiva.

Na **área de Educação**, registram-se **recursos de convalidação e crepitação**, num total de seis recursos. Entre esses encontram-se: certificados de estudos emitidos no estrangeiro; reconhecimento de títulos universitários; reconhecimento e convalidação de estudos básicos e técnicos realizados no estrangeiro; processo de validação para alunos com matrícula provisional; matrícula provisória.

Além destes ainda existe um total de 5 recursos de **primeira infância**, correspondentes a: Programa Cresce Contigo (de atenção integral psicossocial em saúde e educação da primeira infância); sistema integral de atendimento da Junta Nacional de Jardins Infantis (JUNJI); solicitações ao berçário de Fundação Integra; programa de férias no jardim; programa Jardim sobre Rodas, que fornece Educação inicial gratuita em zonas rurais de difícil acesso.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

- Os serviços públicos de atendimento nas distintas áreas deverão estabelecer entre seus requisitos, condições especiais para pessoas em situação de retorno.
- O “Guia de Recursos” elaborado apresenta os serviços que estão disponíveis para qualquer pessoa residente no país. Porém nenhum desses serviços contempla requisitos particulares de acesso para chilenos retornados. Esta situação dificulta o ingresso real a uma série de benefícios sociais de primeira necessidade nas áreas laborais e econômica, de saúde, habitação e educação.
- Desta forma, por exemplo, para que a uma família se aplique à Ficha de Proteção Social, uma das condições exigidas é demonstrar ao menos seis meses de residência em determinada comuna (bairro). Esta ficha é a porta de entrada a qualquer benefício público, já que os pontos assinalados estabelecem o tipo de prestações às que a dita família tem acesso. Para as pessoas do programa de retorno, a Chancelaria chegou a um acordo excepcional com o Ministério de Desenvolvimento Social, onde pode-se enviar uma solicitação especial aos municípios respectivos para pesquisar essas famílias antes de esse prazo.

As maiorias das famílias retornadas que têm sido apoiadas pelos “Balcões Únicos” residem em casas de familiares, em condições de superlotação durante aproximadamente um ano desde seu retorno. Não embora, ao aplica-se a Ficha de Proteção Social, se têm considerado parte da casa de acolhida. Portanto, os itens elencados não consideram sua situação de “moradores em casa estranha”, nem o fato de que não dispõem de nenhum bem próprio. Ambas problemáticas devem ser atendidas de maneira particular.

- Uma necessidade prioritária para a reinserção é o acesso a uma residência independente da família de acolhida, o que requerer contemplar medidas transitórias que permitam que se estabeleçam de maneira independente em tanto seus membros acedem ao trabalho e postulam a uma subvenção à vivenda ou a uma vivenda social.

A convivência prolongada em condições de “hóspedes” estressa a todas as famílias, especialmente pela superlotação e o choque cultural com as formas de vida no Chile. Esta situação tem sido evidenciada como fonte comum de conflitos que dificultam enormemente o processo de reinserção. A disposição no recebimento da família de acolhida começa a se ver afetada por invasão do espaço próprio e, ao mesmo tempo, a família retornada começa a se sentir rejeitada, intrusa e envergonhada por não poder se mudar para uma residência autônoma. O aluguel de moradia exige ingressos estáveis, antiguidade no trabalho, aval e no mínimo um mês ou dois de garantia (caução), de modo que o aluguel também não aparece como uma alternativa viável no curto ou médio prazo. Além disso, soma-se o fato de que no Chile os aluguéis possuem valores muito altos em relação aos salários. A solicitação de moradia própria avalia, entre outras coisas, a antiguidade, situação deprime ainda mais a essas famílias, por estar fora de alcance.

- O rápido acesso a oportunidades laborais é uma condição indispensável para a auto-sustentabilidade das famílias e para conseguir um processo de reinserção sem traumas. Assessoria e apoio na procura de emprego requer ser abordada de maneira integral pelas equipes de intermediação de cada município, para garantir um acesso oportuno ao trabalho.

As pessoas que procuram trabalho não conseguem demonstrar experiência anterior nem cartas de recomendação, ou não dispõem de uma cadeia de contatos que permita apresentarem-se como alguém confiável ou conhecido, o que retarda bastante a contratação em um posto de trabalho. Nos casos de famílias com mais ampla e melhor rede de apoio, é mais fácil se empregar. Nesse sentido, poucos Escritórios Municipais de Intermediação Laboral (OMIL) dispõem de uma estratégia elaborada que verdadeiramente facilite o acesso a oportunidades de trabalho. Têm provado serem mais efetivos no momento de encontrar emprego em sites web informais, como a rede Facebook, em Valparaíso “datitosdepegas...” ou outros como “laborun.com”, “pegasconsentido.com”, etc. Através destes canais, as pessoas unem-se a uma rede de contatos. Nesse sentido, existem poucas comunas, como é o caso de Peñalolén e “Estación Central” da Região Metropolitana, que tenham centros de emprego, empreendimento e capacitação com profissionais experientes nessas matérias que contemplem estratégias integrais de atendimento às pessoas considerando sua situação particular e que tornem acessíveis os Programas de Trabalho de nível nacional, como o Fundo de Solidariedade e Inversão Social (FOSIS), o Sistema Nacional de Capacitação e Emprego (SENCE), o Serviço de Cooperação Técnica (SERCOTEC) e a Corporação de Fomento da Produção (CORFO).

- Os trâmites que envolvem o Registro Civil e de imigração demoram um certo tempo e, em alguns casos o prazo excede o acesso a direitos essenciais nas áreas da saúde e trabalho. Por este motivo, sugere-se estabelecer procedimentos mais rápidos e a simplificação de trâmites com respeito à documentação de primeira necessidade como a que outorga o Registro Civil e imigração. Por conseguinte, faz-se necessário estabelecer as adequadas articulações interinstitucionais (registro civil, imigração, sistema de saúde e trabalho) para fazer efetivos os direitos à saúde e o trabalho. As causas dessa lição serão detalhadas no ponto seguinte.
- É evidente a necessidade de capacitar a pessoas que atendam no sistema de saúde acerca dos direitos dos cidadãos e a legislação existente nessa matéria, como é o caso de pessoas com crianças e mulheres grávidas, especialmente quando se trata de pessoas imigrantes.

O acesso ao atendimento médico em consultórios é rápido e imediato, bastando inscrever-se; o único requisito é residir no bairro. Porém, o atendimento especializado que requeira ser prestado em hospitais é gerenciado através do Fundo Nacional de Saúde, para o qual a pessoa deve estar inscrita. Para o atendimento a mulheres grávidas e crianças em situação vulnerável, os procedimentos não têm se adequado à normativa vigente.

De acordo com a perspectiva do direito à atenção em saúde descrita no Ordinário n.º 3229 do Ministério da Saúde, referente à “Atenção em Saúde de População Imigrante em Risco Social e Permanência No Regular” emitido com data 11 de junho de 2008, está definido que “os estrangeiros que se encontrem no Chile sem ter regularizado sua situação migratória tem direito a atendimento de urgência”. Para mulheres imigrantes grávidas, a mesma normativa indica que se garanta o atendimento de saúde como prioritário e que os estabelecimentos de saúde devam outorgar todas as prestações de saúde, o que inclui controles, medicamentos e interconsultas para as ecografias. Nesse sentido, é importante considerar que um número significativo de famílias retornadas têm filhos nascidos no estrangeiro ou cônjuges estrangeiros, motivo pelo qual devem regularizar sua documentação no Chile. Nota-se que não existe o devido conhecimento da normativa nas diversas dependências do Estado sobre os direitos dos cidadãos referente a sua condição, ou não existem as adequadas articulações interinstitucionais (registro civil e sistema de saúde) para que esses direitos sejam efetivos.

- Algumas famílias têm realizado seu traslado ao país sem regularizar no país de residência sua formação acadêmica, o que dificulta o processo de continuidade dos estudos e prejudica as famílias em seu processo de reinserção. Sugere-se aos consulados do Chile que sejam proativos e informem às famílias que retornam acerca dos trâmites e procedimentos requeridos para convalidar e legalizar os estudos realizados no estrangeiro.

Detectou-se que somente em alguns casos os diretores de escolas públicas ou subsidiadas pelo Estado conhecem a normativa de matrícula provisória e mecanismos simplificados de regularização de estudos dos alunos. Para assegurar os

direitos das crianças no acesso à escola e continuar estudando no Chile, é necessário comunicar aos diretores das escolas do país a normativa vigente em relação ao ingresso, legalização e normalização de estudos de retornados e imigrantes.

Embora a legalização de estudos feitos no estrangeiro seja um procedimento de rápida tramitação no Chile, muitos retornados tem que recorrer a familiares ou amigos que gerem seus documentos no país de proveniência, pois não o fizeram feito por falta de informação. Isto tem lhes impedido validar seus estudos para prosequir estudando.

Por outro lado, a inscrição em colégios públicos não tem sido problemático para as famílias, com exceção da dificuldade criada pela falta de vagas em jardins infantis do Estado, problema que se agrava em certos locais do país pela falta de provisão desse serviço público. Existem casos onde a solicitação de matrícula provisória em colégios subsidiados pelo Estado tem se mostrado complicada de obter pela demora em sua tramitação e a conseqüente demora na assinatura da subvenção pelo estudante novo. Em ambos os casos tem sido de grande relevância a gestão da OEI-Chile com as autoridades, para pressionar a disposição em receber esses estudantes. Somente nos caso de escolas publicas que tem filhos de retornados, o diretor tem atuado de maneira rápida e proposto aos pais aplicar avaliações aos filhos para confirmar o nível escolar da criança ingressada. Aparentemente, não é conhecida amplamente a legislação e os procedimentos de ingresso de crianças e jovens ao sistema escolar quando estas não legalizaram sua documentação no país de procedência.

- O sistema de acesso aos recursos para qualquer chileno não contempla mecanismos especiais para pessoas em processo de reinserção no país, especialmente no caso de chilenos casados com estrangeiros/as.

Um dos fatores que gera maior estresse nos processos de adaptação é a impossibilidade de cumprir com os prazos e requisitos exigidos em todo tipo de trâmites. Isto afeta especialmente a famílias mistas, ou seja, compostas por membros chilenos e estrangeiros.

- O processo de reinserção requer respaldo e acompanhamento psicossocial às pessoas e famílias, o qual não se oferece e nem

está disponível como recurso público. Sugere-se a provisão de serviço de acolhida e apoio que facilite o retorno e a inserção social. Também solicita-se que exista a provisão de um serviço de saúde mental, que preste atendimento terapêutico periódico/regular e que atue com rapidez frente aos casos mais complexos.

O processo de abandono do país de residência provocado por circunstâncias externas à vontade das pessoas, tem significado na maioria das vezes uma decisão complexa e dolorosa de adotar, uma vez que as precárias condições de vida tornam o processo insustentável. Assim mesmo, de regresso a seu país, as pessoas devem enfrentar múltiplas opções, decisões, desafios e obstáculos para sua reinserção, todas relevantes, o que provoca estresse, angústia e acrescenta sua instabilidade socioemocional. A sua chegada ao país, o desconhecimento inicial da cultura e formas de funcionamento da sociedade obrigam os retornados a desenvolverem um conjunto de habilidades que lhes permita adaptarem-se, aprender e conviver com antigos e novos códigos culturais. Nessas circunstâncias, o fato de contar com pessoas que as acolham e se preocupem por seu bem estar tem-se convertido num fator fundamental para sua reinserção.

O recurso de apoio terapêutico tem sido requerido pela metade das 26 famílias atendidas. Somente duas pessoas tem recebido terapia dentro do sistema de saúde pública; muito embora, esta consista numa sessão mensal de trinta minutos, o que é insuficiente. Neste sentido, o apoio terapêutico de reinserção oferecido pelo programa “Balcões Únicos” tem sido de vital importância para desafogar as pessoas da pressão e angústia vividas a seu regresso, fortalecer, dar confiança e revitalizá-las.

CONCLUSÕES

A existência de recursos nas distintas áreas (social, educacional e laboral) aborda as mais diversas matérias e contempla oportunidades de diferentes tipos. As limitações produzem-se devido à sua cobertura, dado o caráter focado de provisão de direitos sociais, já que o acesso a esses recursos básicos não corresponde à quantidade de população que o demandam. Por este motivo, é necessário tornar-se competente para dar

cobertura a diversas matérias: acesso a jardins infantis gratuitos, ao atendimento em consultórios e hospitais, à moradia social, à oportunidades laborais, à financiamento para empreendimento de negócios, etc. Atualmente requer-se demonstrar a todo momento altos níveis de precariedade econômica e vulnerabilidade social para ser considerado beneficiário de essa limitada provisão/reserva de recursos públicos.

Ao mesmo tempo, a porta de entrada a todos esses recursos no Chile outorga os pontos da Ficha de Proteção Social, instrumento que tem estado em processo de modificação nos dois últimos governos e que, por essa mesma razão e pese a ser o primeiro trâmite que todos tentam realizar em sua chegada, tem demorado mais de seis meses em ficar pronto. Em consequência, esse procedimento tem retardado em no mínimo seis meses o acesso a recursos públicos e a oportuna atenção às famílias. Além disso, são surpreendentes os altos resultados que obtém em sua Ficha de Proteção Social alguns das famílias retornadas que se encontram em situação de “hóspedes” em casas de familiares. Neste sentido, os resultados da Ficha de Proteção Social tem associado às condições materiais e humanas das famílias de acolhida, ignorando a situação diferenciada da família retornada. Este é um aspecto que deve ser revisado e corrigido, considerando que nas distintas comunas, perante situações de retorno similares, o resultado é distinto.

Como anteriormente dito, os serviços públicos de atendimento nas distintas áreas (social, laboral e educacional) deverão estabelecer entre seus requisitos de postulação condições especiais para pessoas em situação de retorno, já que no momento o sistema de acesso aos recursos que é oferecido ao chileno não contempla mecanismos especiais para pessoas em processo de reinserção no país. Esta situação se complica no caso de casais de chilenos/as com estrangeiros/as e filhos nascidos no exterior.

3.4 Colômbia

Colômbia é, a nível social e político, um país que padece problemas estruturais que afetam seu desenvolvimento, encontrando-se aspectos tais como os descritos embaixo que afetam ao contexto de Retorno de seus compatriotas:

1. Exclusão social: embora o Estado tenha lutado por combater a desigualdade e melhorar o desenvolvimento da economia, para este caso é importante gerar mais oportunidades para essas pessoas fazendo que se integrem e participem na sociedade tendo em conta sua condição de vulnerabilidade.
2. Subordinação do público: ainda quando o Estado tem criado mecanismos de participação para envolver cada vez mais aos cidadãos e equilibrar interesses tanto privados como públicos, é evidente que só se obterão benefícios sim finalmente ambos coletivos se sentam à mesa a tomar decisões que gerem benefício local, regional e nacional.
3. Frágil papel do Estado de acordo com suas funções e responsabilidades básicas: o Estado se há personificado frente ao tema de defender os direitos humanos, dando cumprimento à Constituição Política de Colômbia. É necessário gerar mais empoderamento e responsabilidade frente à impunidade de delitos.

Historicamente Colômbia se tem caracterizado por uma grande mobilidade de população, que se registra em três ondas compreendidas nos períodos da década dos anos sessenta (primeira onda, majoritariamente para Estados Unidos), a década dos anos oitenta (segunda onda, dirigida a Venezuela) e a década dos anos noventa (terceira onda, em rotas a Espanha).

A emigração colombiana a Estados Unidos se produziu nos anos sessenta e setenta, e se reproduziu nos noventa, especialmente por fatores econômicos (possibilidades de conseguir emprego e aumentar os ingressos) e em alguma medida, por razões políticas (relacionadas com a ameaça de grupos armados na margem da lei). Esta migração se caracterizou por um nível educativo alto dos migrantes, bom conhecimento do idioma inglês, maior proporção de mulheres e uma importante presença de migrantes de classe media e alta.

Em quanto à emigração a Espanha, aumentou consideravelmente a partir de 1998, o que se explica em grande medida pela crise econômica do país nos anos 1998-1999, especialmente em certas regiões como o Eixo cafeeiro, e pelo atrativo que apresenta este país para integrar laboralmente ao coletivo imigrante, além da facilidade idiomática que apresenta para os colombianos. Atualmente o coletivo colombiano na Espanha constitui a quarta nacionalidade mais numerosa, precedida pela de Marrocos, de Equador e de Romênia. Os migrantes colombianos em Espanha se caracterizam por ser majoritariamente mulheres, ter um nível educativo meio e pertencer às classes meia e meia baixa²⁰.

Hoje em dia, é complexo contabilizar o número de colombianos que desde 2008, quando começou a se vislumbrar a crise econômica da Europa, começaram a retornar de maneira massiva a seus lugares de origem, gerando ao Estado uma labor difícil de controlar. A Encuesta Nacional de Migración Internacional e Remesas (ENMIR) 2008-2009 estimou que entre 2007 e 2008, a cifra de retornados ao país passou de 49.000 a 118.000 com uma porcentagem do 16,4% provenientes de Espanha, o 31,4% de Estados Unidos e o 28,2% de Venezuela, com uma participação de homens retornados do 57,6% e um 47,6% de mulheres. Por outra parte, o censo do 2005 calcula que 86.529 pessoas têm retornado ao país entre 2000 e 2005.

Dados atualizados durante o primeiro trimestre de 2013 segundo a ENMIR em cidades como Antioquia, Caldas, Risaralda, Quindío, Norte do Valle e Tolima, ressaltam a presença de famílias colombianas de essas regiões que se movem ao exterior, o qual facilita o deslocamento de pessoas entre países. Tendo em conta esse fenômeno, é muito fatível e provável que exista mais interesse de explorar, conhecer e experimentar uma melhor qualidade de vida em outros países, pois tem a seguridade de contar com um apoio de outro compatriota fora. Alguns emigram, pois, com esperanças de poder conseguir estabilidade econômica e emocional, embora a realidade é que muitos terminam regressando com as mãos vazias, sem um emprego, sem dinheiro e totalmente descontextualizados da dinâmica social, política e cultural do país ao retornar.

²⁰ <http://historico.unperiodico.unal.edu.co/Ediciones/92/06.HTML>

À vista da crise econômica que se evidencia nos países europeus, especificamente o Governo de Espanha, assim como outras organizações, já sejam de caráter privado e/ou público, implementam paralelamente estritas medidas de ajuste econômico baixo o marco de um Plano de Retorno Voluntário, que consiste na agrupação num só pagamento de: boleto aéreo, subsídio de desemprego que por direito lhes corresponde e, em determinados casos, a entrega de entre 500 e 600 euros para que o retornado possa utilizar como uma primeira ajuda uma vez que se encontra em sua cidade de origem. Paralelamente, o Estado, fundações e organizações de apoio envolvidas para orientar, guiar e acompanhar nos processos de reinserção.

Ante a grave crise econômica que vem padecendo a Europa e Estados Unidos, é evidente o arribo e retorno de uma grande parte dos colombianos migrados a seu lugar de origem, em procura de uma melhor oportunidade, principalmente na área ocupacional e profissional, para gerar bem-estar tanto a nível pessoal como familiar, além de cumprir com outro tipo de expectativas que gerem estabilidade emocional e econômica.

Nessa ordem de ideias e dada a ausência de mecanismos e procedimentos que permitam retornos exitosos e sustentáveis, sem desconhecer o esforço que outras organizações tem demonstrado em torno ao tema, se faz necessário **vincular aos governos nacionais, regionais e/ou locais dos países latino-americanos** para dar atenção e alcance às necessidades manifestas dos retornados. Considera-se que o Estado colombiano não apresenta clareza respeito do plano criado em função de dar um tratamento especial em sua condição de retornados, tal e como se descreve na normativa colombiana (a saber: Lei 1565 de 2012, Decreto 1000 de 2013, Decreto 2064 de 2013, Decreto 2192 de 2013) e que as organizações sociais que em Espanha trabalham com população colombiana em projetos de retorno voluntário assistido confirmam o temor de esses pela insegurança cidadã e a impunidade de delitos.

ANÁLISE DA “GUÍA DE RECURSOS”

Uma vez posto em marcha o projeto de Balcões Únicos, cujo sucesso se projetou com a articulação de serviços baixo uma rede de apoio de caráter institucional, se procede à identificação de entes de interes, tendo em conta a cobertura do serviço a nível nacional e as diferentes líneas a cobrir dentro do processo de reinserção, como são: emprego/ empreendimento, Educação/ capacitação, saúde, assistência jurídica, tramites administrativos e habitação, entre outros.

Identificados os entes de interes, se da passo à apresentação oficial do projeto para começar a construir uma rede de trabalho com as instituições que de maneira voluntaria e comprometida trabalham no processo de integração de usuários, as quais aparecem listadas a continuação e compõem a “Guia de Recursos” ao retornado em Colômbia.

Uma vez identificadas e contactadas as entidades, se realiza um trabalho inclusivo com os possíveis aliados interessados através de mesas de trabalho, socialização e sensibilização do projeto, cujo objeto principal é gerar consciência e unir esforços em aras de dar atenção imediata ao retornado e com alcance sustentável. As primeiras respostas recebidas, especialmente por parte das entidades ministeriais e descentralizadas encarregadas de estabelecer lineamentos e rotas de ação de acordo à informação descrita em planos de desenvolvimento, decretos, leis, circulares e demais documentos de caráter normativo, foram algo devis. Os esforços empreendidos pelo Balcão Único desde os inícios do projeto, em aras de lograr um trabalho articulado que se formalizara através de pactos e/ou acordos de colaboração, não encontrou facilmente atores cuja implicação fora de impacto no corto prazo.

Através do anterior cenário pretende-se vincular e incentivar contundentemente a presencia pública, a empresa privada, fundações e academia no processo lançado pela Balcão Único, obtendo resposta imediata e interessada por parte de outros atores e, numa pequena proporção, por parte do Estado, cuja expectativa ao realizar um trabalho mancomunado é a de construir, promover e defender os direitos das pessoas que se encontram em situações e contextos diferentes.

ENTIDADES PERFILADAS PARA TRABALHAR DENTRO DO PROJETO

Nome da entidade	Modalidade		Area	Cobertura
	Privada	Do Estado		
Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar		X	Serviço social	Nacional
Ministério de Relaciones Exteriores		X	Serviço social	Nacional
Ministerio de Trabajo		X	Trabalho e educação	Nacional
Ministerio de Saúde e Proteção Social		X	Serviço social	Nacional
COOMEVA Cooperativa	X		Serviço social	Nacional
Universidad Sergio Arboleda	X		Serviço social	Local (Bogota)
Organización AESCO	X		Serviço social	Local (Pereira)
Organizaciones solidarias		X	Trabalho	Nacional
UNAL		X	Serviço social	Local (Bogota)
Universidad Pontificia Javierana	X		Serviço social	Local (Bogota)
Fundação Universitaria Escolme	X		Serviço social	Local (Medellin)
Corporação Iberoamericana de Estudios	X	X	Educação	Local (Bogota)
Gobernação Risaralda		X	Serviço social, trabalho	Departamental (Risaralda)
Cogernación Valle del Cauca		X	Serviço social	Departamental (Valle Cauca)
Gobernação Antioquia		X	Serviço social	Departamental (Antioquia)
Alcaldía Pereira		X	Serviço social	Local (Pereira)
Alcaldía Bogotá		X	Serviço social	Local (Bogota)
Gobernação Quindio		X	Serviço social	Departamental (Quindio)
Alcaldia Cali		X	Serviço social	Local (Cali)
Alcaldia Armenia		X	Serviço social	Local (Armenia)
Universidad La Salle	X		Serviço social	Local (Bogota)
Migração Colombia		X	Serviço social	Nacional
Fundação Ideal	X		Serviço social, trabalho	Local (Bogota)
Fundação Esperança	X		Serviço social	Departamental (Cundinamarca E Risaralda)
Rede Unidos		X	Serviço social	Nacional
OIM		X	Serviço social	Nacional
Fundação San Antonio	X		Serviço social	Local (Bogota)
FAMIG	X		Serviço social	Local (Bogota)
Cruz Vermelha Colombiana	X		Serviço social	Local (Bogota)
Fundação Niño Jesús por Amor	X		Serviço social	Local (Bogota)
Fundação Libre	X		Serviço social	Local (Bogota)
Almacenes Alkosto	X		Trabalho	Nacional (Bogota, Villavicencio, Yopal, Pereira, Pasto, Valle Del Cauca)
Cencosud	X		Trabalho e educação	Nacional
Universidade Javierana	X		Serviço social	Local (Cali)
Universidade del Valle	X		Serviço social	Local (Cali)

Das instituições pública local, fazendo referência aos ajuntamentos (Cali, Armênia, Pereira e Bogotá) e Governadorias

(Antioquia, Quindío, Risaralda e Valle do Cauca), se evidencia uma desarticulação na implementação de projetos e programas de migração e/ou retorno. Suas ações, embora tenham como propósito a construção de um projeto de país em vários âmbitos, no mostram unidade nem coerência com o desenvolvimento das metas dos Planes de Desenvolvimento. Vale a pena mencionar a exceção do ajuntamento de Pereira, que é de onde provem a maioria da população retornada que se está atendendo no Balcão Único, e com quem se mantém uma série de ações e dinâmicas de atenção que se estão implementando.

LIÇÕES APREENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

A pesar das disposições que tem tido especialmente o Governo espanhol para que os imigrantes posam se acolher aos Programas de Retorno Voluntario (considerando-se em orden prioritário), e ainda quando existe uma política de caráter migratório em Colômbia, amparada pela Lei 1565, que contempla a atenção integral (emprego, seguridade social, impostos, apoio financeiro, etc.), se faz necessário **reforçar a rota de atenção** para dar resposta imediata às necessidades desse tipo de população.

A participação de atores comunitários, de grêmios, acadêmicos, organizações não governamentais e movimentos sociais é muito importante e é vital que sejam tidos em conta nas mesas de trabalho que desde o Governo colombiano se realizem sobre o tema. Do contrario, o processo no teria o sucesso que se espera, já que deve existir um equilíbrio e participação que de poder a ambas as partes (privada e pública). Os projetos de retorno deveriam, desde o país de entrada, adotar e adaptar o apoio, especialmente a pessoas mais vulneráveis. Às iniciativas de Retorno Voluntario devem dar a importância adequada, toda vez que as pessoas que realmente o necessitam não saibam a rota a seguir quando chegam ao país de origem.

Em quanto à proteção dos direitos laborais, se recomenda o estabelecimento de acordos institucionais que prevejam o reconhecimento e facilitem a garantia aos trabalhadores em quanto a receber sua pensão se refere, tendo em conta as cotizações acumuladas por anos de trabalho, Pensões por invalidez e as geradas por acidentes de trabalho.

É de vital importância brindar reconhecimento e qualificação de títulos, já seja de caráter técnico, tecnológico e profissional, obtidos durante o processo migratório através de centros especializados dispostos para o retorno, mediante a aplicação de provas, o reconhecimento de suas habilidades e capacidades com a emissão de um certificado que tenha validade ante qualquer centro de formação, entre outras possíveis medidas.

De acordo à experiência do Balcão Único, se têm identificado os seguintes pontos críticos:

- Atualmente, a entidade competente no tema de migração em Colômbia está realizando no território nacional uma caracterização da população retornada; por essa razão, existem complicações nas diretrizes e ações que se devem tomar uma vez o beneficiário regressa a seu país de origem.
- Ainda quando se têm realizado esforços por parte de entidades como o Ministério de Trabalho, o Serviço Nacional de aprendizagem (SENA) e as caixas de compensação para trabalhar o tema de reinserção laboral com os retornados, é evidente que se precisa tomar estratégias de maior impacto para que possam brindar solução quase imediata.
- Teria que melhorar a oferta de programas educativos que permitam aos retornados acreditar suas competências e conhecimentos, devido que têm estado fora do país e necessitam validar seus estudos. Assim mesmo, se considera conveniente e oportuno brindar maior cobertura e financiamento em programas de Educação que contribuam ao melhoramento da qualidade de vida e o perfil profissional.
- Têm-se observado que uma porcentagem mínima de entidades de caráter governamental não tem tomado a política migratória como um tema que necessita maior poder e compromisso, o qual dificulta o trabalho articulado entre instituições e, pelo mesmo, dar solução oportuna à necessidades explícitas dos retornados.
- Devido às grandes expectativas que têm os usuários à hora de retornar a Colômbia e à vista dos obstáculos que tem encontrado ao querer melhorar suas condições econômicas, é necessário fortalecer o acesso a créditos, financiamento de projetos produtivos e/ou planos de negocio, devido a que a grande maioria se encontra em situação de vulnerabilidade.

CONCLUSÕES

Uma vez contactado o serviço de Balcão Único pelo usuário e realizada à primeira entrevista, se pode evidenciar o temor do retornado frente a seu processo de reinserção e projeto de vida, dado que a seu regresso tem encontrado mais obstáculos que oportunidades. Partindo da ideia de que sua principal necessidade é trabalhar, a obtenção de um emprego que, de alguma maneira, gere estabilidade econômica e familiar é um elemento básico e essencial para fomentar o processo de reintegração.

Numa porcentagem importante dos beneficiários atendidos pelos Balcões Únicos, dada a dinâmica de acompanhamento no projeto, são três os elementos a ter em conta frente à economia do retornado: acesso ao crédito, cobertura da Seguridade Social e obtenção de um trabalho de qualidade (que, ao menos, cubra suas necessidades principais). O acesso ao crédito para empreendimento produtivo tem sido uma das expectativas com maior força detectada ao que tem que dar resposta e uma das mais difíceis a tratar, assim como a aquisição de vivenda, dado que os retornados não tem uma historia de credito por ter estado tanto tempo fora do país (de 3 a 10 anos), o que supõe um risco para as entidades bancarias ao não ter ingressos por uma quantia mínima ou nula. Esse fato acrescenta ainda mais o temor do beneficiário, já que resulta obvio que lhe toca sair adiante “por sua conta própria”.

É evidente que dentro do programa se tem detectado três constantes nos beneficiários à hora de retornar: volver sem ingressos, sem trabalho e sem dinheiro, mas com muitos anos de experiência e perspectivas, que consideram podem ser aproveitadas para o desenvolvimento colombiano. O retornado traz consigo um cúmulo de aprendizagens, já seja por seus estudos acadêmicos o pelo simples fato de ter uma experiência em outra sociedade ou cultura. Tem visto o mundo de uma maneira diferente a como é o lugar onde nasceu e cresceu, adquirindo novas habilidades, destrezas e conhecimento que podem e devem ser aproveitados nos países de origem traz seu retorno.

3.5 Equador

Equador tem sido cenário de importantes processos migratórios desde já varias décadas. A partir da crise econômica em 1998, Miles de equatorianos deixaram o país em busca de melhorar sua situação econômica e fornecer de um sustento a suas famílias, sendo um dos principais destinos Estados Unidos. Não embora, no período compreendido entre 1999 e 2003, se iniciou um intenso fluxo migratório a Espanha e outros países de Europa, devido às vantagens que o euro brindava respeito do cambio monetário com o dólar americano, moeda oficial do Equador. Como consequência desse processo, aumentou o número de residentes equatorianos na Espanha onde no ano 2010, residiam aproximadamente 600.000 pessoas²¹.

Em 2010, muitos migrantes já tinham acedido à reunificação familiar, levando consigo a seus esposos, esposas e filhos, apostando por construir uma nova vida nesse país europeu. Não embora, com o início da crise na Espanha, muitos imigrantes perderam seus trabalhos e com eles sua fonte de ingressos. A maioria deles inverteu seus dinheiros na compra de vivendas, acedendo a créditos hipotecários que logo resultaram impagáveis, perdendo em uns poucos anos aquilo pelo que se esforçaram e sacrificaram desde que saíram de Equador.

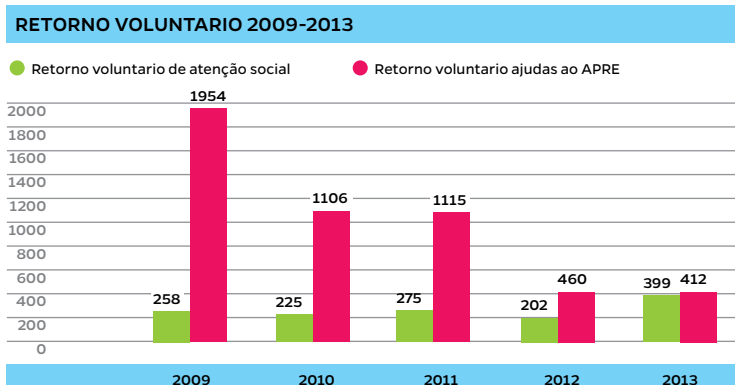
Nos inícios do ano 2012, o 61,7% dos imigrantes equatorianos em Espanha estavam desempregados²², com o qual quando se terminou o subsidio por desemprego e sendo cada vez mais difícil conseguir trabalhos ocasionais, muitos optaram por iniciar um processo de retorno a Equador, já seja por meios próprios ou com o apoio de projetos de Retorno Voluntario, processo que se deu também em países como Itália e Reino Unido.

A pesar de que no existem estadísticas oficiais em Equador ao respeito, os dados da Secretaria Geral de Emigração e Imigração de Espanha dão conta da tendência do retorno: por um lado,

²¹ Cagigal García, J. L.: "Migração e desenvolvimento: o caso Equador-Espanha", *nobservatorio da Economía Latinoamericana*, núm. 141, 2010. em <http://www.euned.net/coursecon/ecolat/ec/2010/>

²² <http://www.eluniverso.com/2012/01/02/1/1360/2012-inicia-617-migrantes-ecuatorianos-desemprego-espana.html>

o número de equatorianos que têm acedido ao Retorno Voluntario fazendo uso do acordo APRE tem diminuído desde o ano 2009 ao ano 2013 num 80%, o que pode se explicar devido a que a maioria das pessoas optou por cobrar mensalmente seu paro em espera de tempos melhores que para muitos no chegaram. Por outro lado, se observa uma tendência constante embora crescente no ano 2013 de equatorianos que tem solicitado apoio para seu retorno, em vista de suas condições de vulnerabilidade.



Elaboración própria a partir das estadísticas da Secretaria Geral de Imigração e Emigração de Espanha

A falta de estadísticas sobre o retorno no país tem gerado que em muitos sentidos este sector da população e sua problemática no sejam suficientemente visibilizados²³.

O Balcão Único de Equador tem recebido casos de retornados por meio de varias vias, através de projetos de Retorno Voluntario, com apoio da Ex-SENAMI (Secretaria Nacional do Imigrante) e por meios próprios, em sua maioria provenientes da Espanha e Itália. Todos eles têm retornado ao Equador devido a que as condições em seu país de acolhida se viraram insustentáveis, sem fontes de trabalho e opções de se manter de maneira digna.

Dos beneficiários atendidos, a maioria no conta com Educação superior, se dedicaram por anos a trabalhar no setor da

²³ Entrevista do responsável do balcão único equador com a associação Quitos de migrantes retornados, junho 2014.

construção, serviços domésticos, limpeza, serviços em restaurantes e serviços gerais, áreas nas que a seu retorno lhes resulta difícil se inserir laboralmente.

ANÁLISES DA “GUIA DE RECURSOS”

A “Guia de Recursos” elaborada anexa recolhe informação dos serviços que se encontram disponíveis no país para os migrantes retornados, a nível público como parte da atenção do Estado equatoriano a esse grupo prioritário, e a nível de organizações privadas e fundações com as que a través do projeto Balcão Único se tem concretizado alianças para serviços específicos no prestados a nível público.

Sim bem Equador foi pioneiro na América Latina ao institucionalizar a atenção ao emigrante e imigrante através da Secretaria Nacional do Imigrante (Ex-SENAMI), a raiz de sua desapareição no 2013, quando passou a ser parte do Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana como Vice-ministério de Mobilidade Humana, os programas de apoio aos retornados diminuíram e em muitos casos desapareceram, o que tem deixado espaços não atendidos para esta população. Embora os acordos da Ex-SENAMI com outras instituições públicas se tem mantido, na prática os retornados que tem buscado aceder a serviços como crédito para empreendimento ou vivenda se tem enfrentado a uma serie de obstáculos que deixam como experiência que os acordos no se cumpram, e finalmente as líneas de crédito programadas no são acessíveis, pois não tomam em conta a realidade do imigrante retornado ao país nos últimos anos.

O Balcão Único têm catalogado um total de 27 recursos entre públicos e privados, disponíveis para a população retornada de maneira direta ou através do Balcão Único.

RECURSOS PÚBLICOS NACIONAIS:

Em Equador os serviços de saúde e Educação são gratuitos para toda a população. fornecidos pelo Ministério de Saúde Pública e o Ministério de Educação respectivamente, esses se encontram constitucionalmente garantidos.

Existem projetos de retorno para o emprego dirigido a profissionais (maestros, médicos, etc.), mas não para população no profissional com experiências nas ramas de serviços. O Ministério de Relações Laborais tem posto em marcha a Rede Sócio Emprego (www.socioemprego.gob.ec), uma bolsa de trabalho na que se coloca a disposição da população em geral todas as vacantes do sector público e de algumas empresas do sector privado. Os migrantes retornados são considerados como um grupo prioritário de atenção do Estado equatoriano, com o qual o beneficiário, ao registrar seu perfil e indicar que forma parte desse coletivo, tem em teoria espaço preferente para as vacantes publicadas segundo seu perfil.

No nível de capacitação, o Serviço Equatoriano de Capacitação Profissional (SECAP), proporciona acesso gratuito a cursos em diversas temáticas durante o primeiro ano de retorno ao país, de acordo ao convenio firmado com a Ex-SENAMI.

Nos serviços de vivenda, a Ex-SENAMI firmou um convenio com o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Vivenda (MIDUVI), através do qual se brinda acesso preferente para créditos de vivenda aos migrantes retornados dependendo de certos requisitos, que em muitos casos são difíceis de cumprir.

Em relação aos créditos para empreendimento, existe uma línea de crédito para microempreendimentos no Banco Nacional de Fomento do Equador; não embora, os requisitos para o acesso a esses créditos também são praticamente impossíveis de cumprir para retornados em condições de vulnerabilidade.

RECURSOS PÚBLICOS LOCAIS:

Os governos locais do país têm programas de apoio aos migrantes retornados dentro de seus programas sociais. O Balcão Único tem logrado subscrever um acordo com o Governo Autônomo da Província de Pichincha (GADPP). Através de sua Secretaria de Desenvolvimento Social, o GADPP tem posto em marcha uma Oficina de Mobilidade Humana para a atenção à população da província de Pichincha, a qual conta com vários serviços catalogados em a “Guia de Recursos”.

RECURSOS DE ORGANIZAÇÕES QUE TRABALHAM EM MOBILIDADE HUMANA:

O Balcão Único tem chegado a acordos com outras organizações que trabalham em temas de mobilidade humana (refugio, retorno, trata, etc.), entre elas, Fundação Esperança, Asylum Access, Cáritas Equador, com as quais se têm construído procedimentos de trabalho que apontam a criar sinergias em busca de aproveitar os recursos e serviços de cada organização em benefício dos retornados.

OUTROS RECURSOS:

Adicionalmente, a OEI tem aproveitado sua relação institucional com outras organizações de fim social para firmar acordos através dos quais os beneficiários do Balcão Único obtêm condições favoráveis para o acesso a serviços como capacitação em cursos de temáticas gerais, hotelaria e turismo, e opções de concretizar seus estudos primários ou secundária através do acordo com o Instituto Radiofônico Fe e Alegria (IRFEYAL). O acordo realizado com a Fundação Educativa Mons. Cândido Rada (FUNDER) nos permite além de brindar **acesso à assessoria em projetos de empreendimento e cursos de microempresas**.

Como se mencionou anteriormente, a grande parte da população retornada a Equador se encontra em situação de vulnerabilidade, sobre todo pela falta de reinserção laboral devido à alta competitividade do mercado laboral no país. Frente a esta e outras problemáticas, resulta patente que os programas do Estado não respondem às necessidades reais desse setor da população. Os serviços que atualmente presta o Vice-Ministério de Mobilidade Humana são percebidos por esse coletivo como insuficientes, pois se considera que o retornado, ao igual que todo cidadão equatoriano, tem o mesmo direito ao acesso a saúde, Educação, vivenda, atenção social, emprego, etc., sem tomar em conta os fatores especiais associados ao retorno.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Frente às necessidades expressadas pelos beneficiários atendidos no Balcão Único, se podem mencionar algumas lições e recomendações com respeito ao apoio ao imigrante retornado:

- É necessário o estabelecimento de políticas específicas de apoio à população retornada, que tomem em conta suas necessidades e características especiais em todas as áreas (Educação, vivenda, emprego, saúde, etc.), para garantir o acesso preferente do retornado a esses serviços.
- As condições da população que retornou antes da crise frente às que se encontram retornando nos últimos dos anos são muito distintas. Essa última se encontrava, em geral, em condições de vulnerabilidade em seu país de acolhida e, em muitos casos, se tem agravado ainda mais ao chegar a seu país de origem devido a muitos fatores em contra, como são a falta de apoio familiar, condições emocionais adversas, dificuldades de reinserção laboral, etc.
- É necessário contar com estadísticas atualizadas sobre o número de pessoas que retornam ao país anualmente, e afundar nas razões do retorno para poder estabelecer programas de apoio que realmente beneficiem a essa população.
- A comunidade imigrante tem altas expectativas sobre a Lei de Mobilidade Humana como uma resposta a suas necessidades, pelo que é importante manter os espaços de discussão abertos e tomar em conta os aportes das associações de retornados.
- A reinserção laboral é um dos principais retos do retornado. São poucos os espaços nos que se valora sua experiência fora do país, o que dificulta o encontrar trabalho. Em sua maioria, procuram se reinserir laboralmente através do empreendimento; não embora, não existem opções acessíveis de crédito, o que limita suas iniciativas. Por tanto, é preciso criar linhas de crédito destinadas a essa população.

CONCLUSÕES

Logo de um primeiro mapa realizado pelo Balcão Único em Equador, se conseguiu observar que existem varias organizações que trabalham em temas de mobilidade humana. Não embora, muito poucas têm como objetivo a atenção a imigrantes retornados, devido a que, pela cercania com Colômbia e os conflitos armados na fronteira sul desse país, Equador conta com uma comunidade crescente de refugiados e deslocados vítimas da violência nesse país irmão, pelo qual os esforços de essas instituições se centram no refugio. Outro problema grave é a trata de pessoas: o tráfico de seres humanos em América Latina é crescente. Devido às características especiais que implica a atenção de pessoas vítimas de trata, existem instituições que trabalham de maneira especial e exclusiva no tema.

A atenção à população equatoriana que está retornando de distintos destinos no estrangeiro, em sua maioria empuxada pela crise econômica e a falta de trabalho, é um reto que se começa a visualizar no país. Por isso, no último ano se tem convocado diversos foros para, desde vários âmbitos (acadêmico, político, social, etc.), analisar a problemática da população retornada, a qual está em sua maioria em condições de vulnerabilidade.

Frente a esses retos, no âmbito político se encontra em discussão a Lei de Mobilidade Humana; entre seus principais objetivos, destaca o de pretender “saldar a dívida social com nossos migrantes que desde um enfoque de direitos permita o acesso aos distintos programas de desenvolvimento em saúde, Educação e inserção laboral”²⁴. Esse projeto tem envolvido os aportes de diversos atores (entre eles, os próprios migrantes) e busca estabelecer as bases legais sobre as quais se sustenta os direitos e deveres de quem estão considerados como parte da mobilidade humana: emigrantes, imigrantes, refugiados, solicitantes de refugio, deslocados, transeuntes, apátridas, vítimas de trata de pessoas e vítimas de tráfico ilícito de pessoas.

Durante muitos anos, Equador foi pioneiro em atenção ao imigrante através da institucionalização da Secretaria Nacional do Imigrante (SENAMI), que procurava se converter em um espaço para dar resposta às necessidades dos emigrantes e imigrantes.

²⁴ <http://cancilleria.gob.ec/construccion-ley-de-movilidad-humana/>

Não embora, a raiz de sua desapareição no ano 2013, ano em que passou a formar parte do Ministério de Relações Exteriores, se suprimiram os programas de apoio criados especialmente para a população retornada enquadrados dentro do Plano Retorno. A partir desse momento, se começou a dar um novo tratamento às pessoas retornadas como um cidadão equatoriano mais, com os mesmos direitos e obrigações que a população em geral, sendo por tanto sujeitos de atenção na mesma medida que os compatriotas que no emigraram.

Ou no tomar em conta as características especiais da população retornada tem feito que não exista um apoio concreto para processos de reinserção laboral, social, econômica, etc., sendo em muitos casos pessoas que no contam com nenhuma rede de apoio familiar o social e se faz muito difícil, quase impossível, um processo de reinserção para iniciar um novo projeto de vida no país.

Um dos aspectos mais difíceis é sem duvida a reinserção laboral. Já seja através de fontes de emprego ou por meios próprios, o retornado se enfrenta a maiores dificuldades que a população em geral para lograr este objetivo, pois em muitos casos a experiência adquirida nos anos de trabalho no estrangeiro no é tomada em conta, e ao ter invertido a maioria de seus anos produtivamente ativos em o outro país, sua idade se vira um dos principais impedimentos para buscar trabalho, junto com a falta de profissionalização. Em quanto ao empreendimento, no momento de buscar alternativas de crédito se encontram com as portas das instituições financeiras fechadas, já que os requisitos de acesso resultam muito difíceis de cumprir, pelo que aceder a crédito produtivo é virtualmente impossível.

Embora existam programas de apoio à comunidade imigrante em algumas áreas, na prática no funcionam, pelo que é preciso que as autoridades reveem sua política de apoio à população retornada para que esses programas específicos cheguem efetivamente a ser acessíveis para esse coletivo.

3.6 Paraguai

O Balcão Único em Paraguai coordenado pela oficina da OEI Paraguai é um serviço dirigido a pessoas que retornam ao país. Este serviço trabalha coordenadamente com outras organizações de caráter público ou privado que cuja missão é atender às pessoas que retornam ou brindar serviços básicos que podem ser requeridos por elas.

São três as organizações que estão trabalhando articuladamente e de maneira sistemática: a OEI Paraguai, a Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Compatriotas, e o projeto Jaikatu da ONG geAm. Junto com as demais instituições que formam parte da “Guia de Recursos”, atendendo casos pontuais que chegam ao Balcão Único.

De acordo com as estadísticas da Dirección Geral de Estadística, Encostas e Censos (DGEEC)²⁵, a migração significativa de paraguaios se iniciou logo do ano 2000, alcançando seu pico máximo no ano 2007. Desde o ano 2010, a migração aos distintos países está diminuindo. Pode-se estimar que esta redução se deve por um lado, a que nos países de Europa as oportunidades laborais têm diminuído devido à crise econômica que muitos de eles estão enfrentando e pelo outro, a que as regulações são cada vez mais estritas para os imigrantes. Por outra parte, nesse momento Paraguai está passando por um momento de crescimento econômico significativo, brindando maiores oportunidades de trabalho à sociedade em geral.

Nesse sentido, a diferencia da situação de faz seis anos atrás, quando Espanha e outros países europeus representavam a grande oportunidade e o sonho de muitos migrantes para sair adiante, hoje as porcentagens de migração no afeitam ao Bono demográfico. Atualmente, existe um grande número de jovens que se incorporam ao mercado laboral sobrepassando em grande medida aos que encontram motivações para sair do país.

Do total de lares no ano 2011, um 8,3 % tem algum membro que se tem ido ao exterior. As cifras vão diminuindo em porcentagens significativos, já que no ano 2012 baixa ao 7% e em 2013 volta

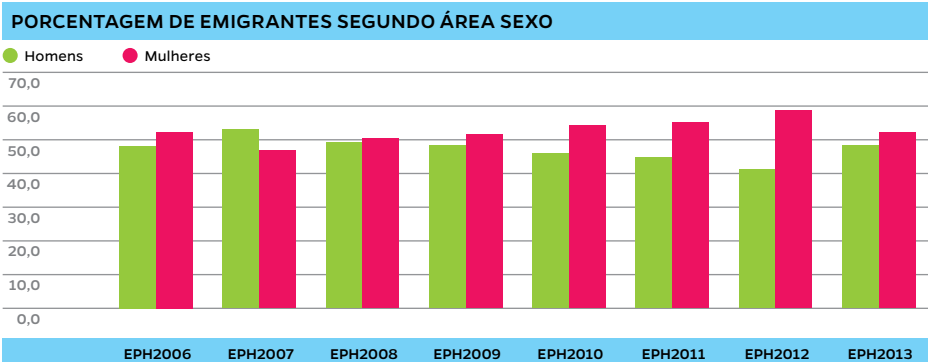
²⁵ <http://www.dgeec.gov.py/>

a baixar ao 6,9%. A maioria das pessoas migrantes tem saído do país nos últimos oito anos; as cifras continuam essa tendência, embora diminuindo.

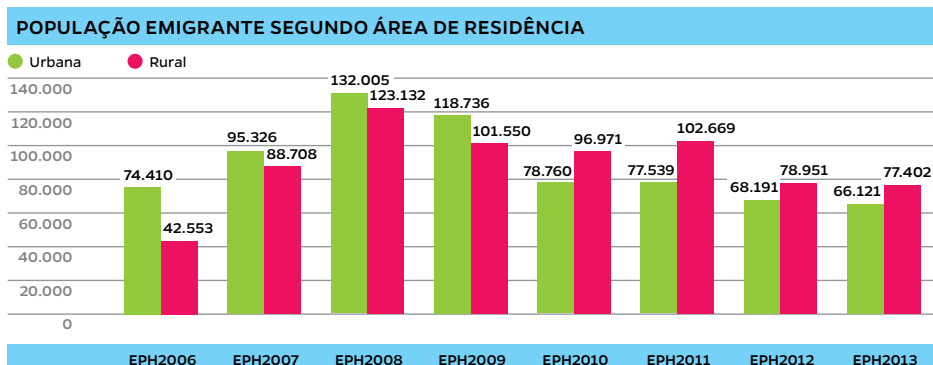
MIGRAÇÃO EM PARAGUAI (2009-2013)					
Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Total de Hogares	1.520.363	1.570.134	1.615.309	1.652.895	1.733.294
Hogares com ao menos um integrante no exterior	162.486	131.221	134.208	115.437	120.098
% de hogares com emigrantes	10,7	8,4	8,3	7	6,9
População Total	6.273.103	6.381.940	6.491.714	6.600.284	6.709.730
Emigrantes	220.286	175.731	180.208	147.142	143.523
% de população emigrada respecto ao total	4	3	3	2,2	2,1

Fuente: Dirección General de Estadística, Encuestas e Censos (DGEEC). Elaboración propia

Segundo se mostra na tabela adjunta, as mulheres representam um 55,2%, das quais o 62,4% são menores de 25 anos; em sua maioria vem da área rural, dando um total de 57%, embora a representatividade da população urbana se têm ido igualando nos últimos anos.



Fuente: Dirección General de Estadística, Estudios e Censos (DGEEC). Elaboración propia



Fonte: Dirección General de Estadística, Estudios e Censos (DGEEC). Elaboração própria

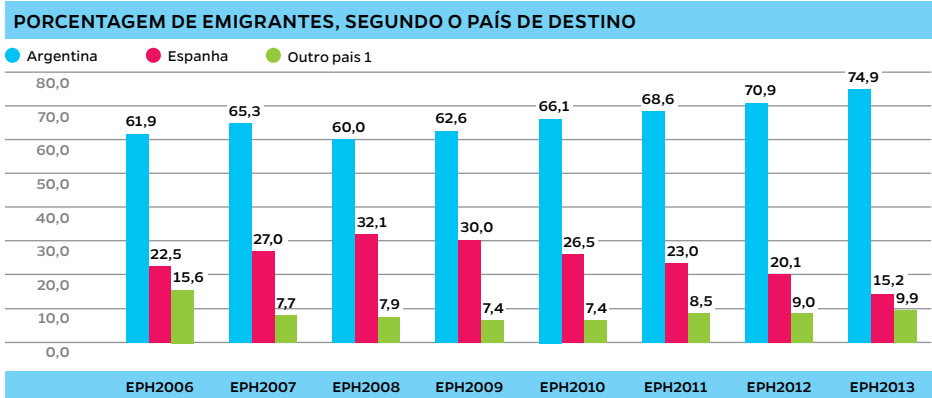
PORCENTAGEM DE EMIGRANTES POR GRUPOS DE EDAD (%)

	EPH2006	EPH2007	EPH2008	EPH2009	EPH2010	EPH2011	EPH2012	EPH2013
Total	116.964	184.034	255.137	220.286	175.731	180.208	147.142	143.523
Menores de 18	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	8,6	13,5	10,2
18-24	37,2	50,8	49,8	48	50,8	53,8	49	46,4
25-29	24,7	18,1	21,5	18,2	16,2	17,6	17	14,4
30-34	13,5	7,3	7,5	8,6	9,6	6,3	6,8	8,9
35-39	7,8	5,9	6,3	5,4	(*)	(*)	(*)	(*)
40-49	8,3	7,4	4,4	4,9	(*)	(*)	(*)	(*)
50 e mais	(*)	(*)	3,8	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
No disponible	-	-	-	-	-	0,4	0,4	0,6

Fuente: Dirección General de Estadística, Encuestas e Censos (DGEEC). Elaboração própria

Segundo a DGEEC, das pessoas que têm emigrado entre os anos 2008 ao 2013, o 60% finalizou a etapa secundaria e o 6,6% tem chegado aos níveis universitários. Essa realidade da conta de que a maioria das pessoas têm um nível formativo básico e uma porcentagem, embora menor, no tem concluído seus estudos, pelo qual seu nível de vulnerabilidade é muito maior.

Segundo os dados da DGEEC, o principal destino ao que vão os paraguaios migrantes segue sendo Argentina; em segundo lugar, Espanha, e em terceiro lugar, Brasil. Cabe sinalar que nesse último, caso a razão principal de migração é educativa, pois muitos vão ao Brasil para estudar especializações e trabalhos técnicos, em tantos que a razão que leva a desloca-se a Argentina e Espanha é a econômica.



Fonte: Dirección General de Estadística, Estudios e Censos (DGEEC). Elaboração própria

ANÁLISE DA “GUIA DE RECURSOS”

No referido à atenção dada desde o Balcão Único, se tem mantido uma aliança estratégica com duas organizações: a Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Compatriotas e geAm, organização no governamental desde a qual se está empuxando o projeto Jaikatu. Ambas organizações colaboram com o projeto “Balcões Únicos” mantendo o primeiro contato com os potenciais beneficiários, quem se têm comunicado com a OEI ou se têm informado do projeto através dos dípticos, as notícias do jornal, Internet o experiências de beneficiários anteriores. Uma vez que estas instituições realizam a primeira entrevista, elas derivam às pessoas que reúnam o perfil ou bem ao Balcão Único, ou bem a outros serviços incluídos na “Guia de Recursos”. Pelo tanto se da um trabalho colaborativo muito importante entre as três instituições, na que cada uma potencia suas fortalezas a favor dos beneficiários.

A “Guia de Recursos” é um documento elaborado tendo em conta as necessidades das pessoas que retornam: saúde, Educação, habitação, trabalho, apoio para empreendimentos, serviços adicionais. Esse processo prometeu identificar às organizações que abordam o tema do retorno ou que possam dar resposta às necessidades dos mesmos.

Para levar adiante essa recopilação de informação, no primeiro lugar se identificaram as instituições com as que a OEI Paraguai têm convênios de cooperação firmados, de maneira que as ações promovidas desde o Balcão Único se incluam no plano de ação anual com estas instituições. Também se estabeleceu contacto com as organizações, e com ambos os grupos (instituições e organizações) se mantiveram entrevistas a partir das quais se elaboraram as fichas que se sistematizam na “Guia de Recursos”.

No processo de elaboração da Guia, se identifica a Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Com-nacionais como a porta principal de acesso da maioria dos retornados. Com ela se estabelece um convenio institucional, se trabalha coordenadamente na identificação dos potenciais beneficiários do balcão e se facilita toda a informação e dados recopilados para ir derivando os casos aos serviços identificados que estão sensibilizados para acolher as demandas dos retornados.

Em todo momento a filosofia do Balcão Único tem sido fortalecer as instancias existentes de cara a fortalecer as sinergias entre elas e assegurar maior sustentabilidade da proposta no tempo.

A “Guia de Recursos” surge como resultado de esse processo. É uma guia dinâmica e aberta. Em alguma medida, reflita a realidade do país: a centralização dos serviços e mecanismos. Justamente esse fato é o que leva a pensar ações descentralizadas que possibilitem expandir os serviços e chegar a maior quantidade de usuários.

A ênfase da Guia está posto na identificação de instituições que possam brindar serviços educativos, assessoramento ou capital semente para o desenvolvimento de microempreendimentos. Se considerou fundamental colocar o ênfase no educativo, pois os beneficiários, ao ter tantas necessidades, no invertem em sua Educação e é essa a que possibilita um salto qualitativo no processo de reintegração.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Ate faz uns meses, o tema do Retorno era um tema invisível no país. Hoje, devido ao trabalho articulado de varias organizações, os paraguaios e paraguayas que retornam têm respostas concretas a suas demandas. A Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Com-nacionais é uma instituto que tem logrado ser referente para cada um de eles, e se têm capitalizado os apoios pontuais. Para o Balcão Único, tanto o trabalho com a Secretaria Nacional de Repatriados como o projeto Jaikatu foram alianças claves, do qual deriva a primeira lesão aprendida: **é básico identificar as instituições que sejam portas de entrada para as pessoas que retornam, aproveitar os canais existentes e apoiar desde essa instancia o que as pessoas expressem como necessidades.**

A colaboração com a Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Com-nacionais é a que possibilitou a chegada aos beneficiários diretos, pois é uma instituto à que muitos vão para encontrar soluciones às diferentes dificuldades com as que se encontram ao chegar ao país. A segunda lesão aprendida deriva de esta experiência, **o trabalho articulado com instituições públicas não é uma tarefa simples, mas a chave é aproveitar os espaços que se abrem para ir sensibilizando sobre a temática.** No caso de Paraguai, o projeto “Balcões Únicos” se apresentou num momento oportuno, pois a Secretaria tinha a possibilidade de viabilizar demandas de atenção que se apresentavam e que sem o Balcão Único no tivessem podido responder. O Balcão Único hoje conta com uma rede de referentes que vá dando resposta às necessidades específicas e que realmente assiste às pessoas que retornam em seu processo de inserção sociolaboral.

Outra lesão aprendida é que **o trabalho em redes é básico para poder dar uma resposta de qualidade e integral.** Adicionalmente, essa rede deve de trabalhar de forma coordenada. É fundamental conhecer às organizações, seus objetivos e ações, já que é o que possibilita identificar os âmbitos de apoio existentes e os recursos disponíveis.

A sistematização da informação é clave. Hoje, o desafio é ir construindo uma instancia que administre esta informação para poder facilitar todos os tramites e serviços requeridos pelos retornados e retornadas.

Ainda queda muito por fazer, e é vital apostar pelo fortalecimento da Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Com-nacionais e pela formação de recursos humanos, de modo que são capacitados para derivar, propor e resolver as problemáticas dos retornados que se acerquem à instituição.

CONCLUSÕES

A modo de conclusão é possível afirmar que o serviço Balcão Único se constitui como uma experiência singular para o país, pois tem possibilitado o trabalho articulado de varias organizações tanto públicas como privadas em torno a uma problemática crescente: os paraguaios e paraguaias que retornam ao país.

O trabalho realizado tem empuxado algumas ações que estão em processo de concreção, tais como a mesa interministerial que atende temas de retorno. Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Com-nacionais e a OEI estão promovendo a instauração de uma mesa de trabalho com caráter permanente que permita dar respostas integrais às pessoas que retornam. Essa Secretaria tem sido uma peça chave no logro dos objetivos e ambas as instituições, o Balcão Único e a Secretaria, se tem beneficiado de esse processo.

Por outra parte, o processo vivido tem contribuído à visualização de uma problemática pouco abordada no país que requiere de uma atenção particular. Atendendo a que numa mesma pessoa podem convergir varias ações, está-se em processo de criação de um “Balcão Único para atenção a repatriados”.

As outras ações desenvolvidas no marco do Balcão Único, como os encontros de apoio e intercambio entre retornados, também são experiências de grande relevância para os beneficiários, pois eles mesmos vão construindo uma rede de apoio significativa que os acompanha em seu processo de reinserção social.

O dispor de uma “Guia de Recursos” é também um aporte importante, pois organiza os serviços e favorece uma comunicação fluida com recursos humanos que conhecem o projeto e estão atentos a dar respostas às necessidades que se apresentam. Esta Guia terá que seguir se ampliando e ir identificando a nível local as instituições que poderiam dar respostas, pois atualmente todo está centrado na capital do país.

Temas invisíveis como o retorno requerem de um conjunto de ações que possibilitem sua visualização, em aras de lograr processos de inserção social plena, donde os direitos de cada um dos retornados sejam respeitados. O Balcão Único dinamizou este processo e tem possibilitado um avance significativo em todo o que se refere à atenção a pessoas retornadas.

O desafio que queda pendente é instalar o serviço de Balcão Único na Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Com-nacionais, primeiro na capital e posteriormente em todas as subsedes dessa Secretaria, de modo que também a nível local se posam ir resolvendo os problemas que se apresentem.

3.7 Peru

A crise econômica que se têm apresentado nos principais países de destino da imigração peruana, assim como algumas novas políticas em matéria migratória de esses países, tem feito que um maior número de peruanos e peruanas vejam no Retorno Voluntario uma oportunidade para dar saída a sua situação atual.

Não embora, quando o retorno é uma opção não planejada nem pensada, resulta ser uma experiência que incrementa a vulnerabilidade da pessoa, especialmente do imigrante que se encontra numa situação de instabilidade econômica no país de destino; o que dificulta que o retorno seja um projeto produtivo e/ou de rápida reinserção.

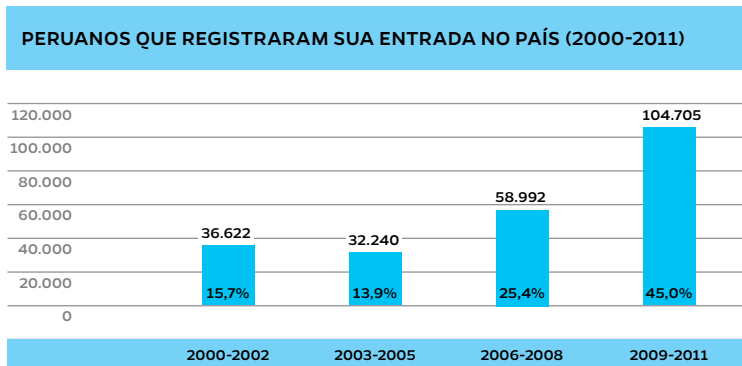
De acordo ao informe “Peru. Estadísticas da emigração internacional de peruanos e imigração de estrangeiros. 1990-2011”, que fornece as últimas cifras oficiais publicadas pelo INEI (Instituto Nacional de Estadística e Informática), a OIM (Organização Internacional para as Migrações) e a Superintendência Nacional de Migrações, o número de retornados do exterior no período compreendido entre os anos 2000-2012 é de 242.621 peruanos e peruanas, sendo relevante a tendência constante e o aumento nos últimos cinco anos de estudo 2008-2012: 143.038 peruanos (59% total de retornados).

Numa pesquisa realizada no 2012 pelo INEI, um grupo de pessoas entrevistadas afirmaram querer retornar ao Peru traz um período determinado de tempo devido à excessiva carga laboral, desarticulação familiar, diferencia em costumes e culturas de fora, etc. A isso se suma que o emigrante peruano, como bom representante da cultura latina, valora especialmente a unidade familiar e a solidariedade entre seus membros, pelo que o desejo de retornar e manter à família unida é permanente.

Segundo a “Primeira pesquisa Mundial à Comunidade Peruana no Exterior 2012”, realizada pelo INEI, o Ministério de Relações Exteriores e a OIM, estimou que o 80% dos peruanos e peruanas residentes no estrangeiro consideram a possibilidade de regressar ao Peru, dos quais, o 41% faria isso para radicar de forma permanente. O 45% das pessoas pesquisadas expressaram seu interes em que os consulados peruanos ofereçam uma maior

informação sobre oportunidade de negócios no Peru, e o 70,5% considerou que o Peru se encontra atualmente em melhores condições e maior estabilidade em comparação a quando viajaram.

Segundo o estudo “Peru. Estadísticas da emigração internacional de peruanos e imigração de estrangeiros. 1990-2011” do INEI, entre os anos 2000 e 2011 houve 232.559 peruanos que registraram seu ingresso ao país: 36.622 (15,7%) no período 2000-2002; 32.240 (13,9%) no período 2003-2005; 58.992 (25,4%) no período 2006-2008; e 104.705 (45%) no período 2009-2011.



Fonte: Direção Geral de Migrações e Naturalização (DIGEMIN) - Unidade de Informática e Estadística. Elaboração: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)

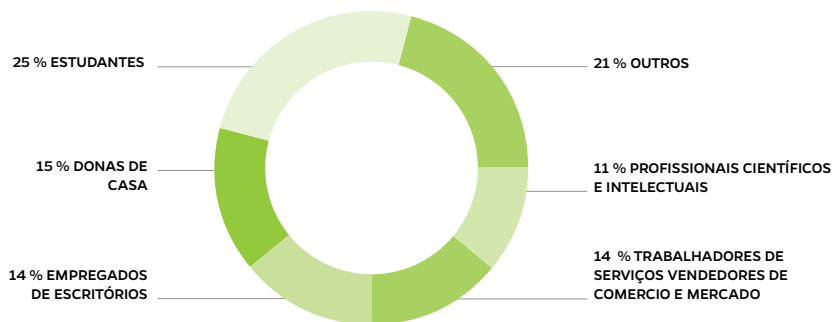
Atendendo aos dados de procedência, dos 232.445 peruanos que retornaram entre os anos 2000 e 2011, o 34,3% declarou proceder de Chile, o 18,2% de Estados Unidos, e o 10,5% da Argentina, pelo que estes três países concentram o 63% de retornados (em total, 146.440). Nos últimos anos, não embora, a tendência tem variado um pouco, e dos 104.705 peruanos que retornaram entre 2009 e 2011, o 34,7% procediam de Chile, o 15,8% de Estados Unidos e o 12,8% de Espanha.

PERÍODO 2000-2011		
País de procedencia	Número de retornados	Porcentagem
Chile	79.700	34,3%
Estados Unidos	42.374	18,2%
Argentina	24.366	10,5%
Outros	86.005	37%
Total	232.445	

PERÍODO 2009-2011		
País de procedencia	Número de retornados	Porcentagem
Chile	36.283	34,7%
Estados Unidos	16.547	15,8%
Espanha	13.403	12,8%
Outros	38.472	36,7%
Total	104.705	

Fonte: Dirección General de Migraciones e Naturalización (DIGEMIN) - Unidade de Informática e Estadística. Elaboração: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)

Sim analisamos as cifras segundo a ocupação, do total de pessoas com idade superior a 14 anos que retornaram no período 2000-2011 (218.600), a maioria eram estudantes (50.792), seguidos pelas amas de casa (30.475), os empregados de oficina (29.549), os trabalhadores de serviços, vendedores de comercio e mercado (28.110), os profissionais com o (22.995) e finalmente pelos técnicos e profissionais de nível médico (14.021).



Fonte: Dirección General de Migraciones e Naturalización (DIGEMIN) - Unidade de Informática e Estadística. Elaboração: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)

Finalmente, dos 22.995 profissionais que retornaram ao país, o 18,7% eram professores, o 13% engenheiros, o 9,5% administradores de empresas, o 7,8% contadores, o 4,4% médicos, o 3,3% religiosos e o 3,3% economistas.

ANÁLISE DA “GUIA DE RECURSOS”

A guia de serviços e informação (“Guia de Recursos”) tem sido elaborada acorde às necessidades detectadas para a reinserção do retornado, tendo em conta as primeiras necessidades que tem o peruano ao chegar ao país.

Ao realizar consultas em diferentes Ministérios, começando pelo Ministério de Relações Exteriores, quem sustem atuações coordenadas com mais de vinte e três entidades públicas, assim como com organizações da sociedade civil, a fim de poder colocar em marcha a nova Lei n.º 30.001, Lei de reinserção econômica e social do imigrante retornado, desenhada para atender àqueles peruanos que decidem retornar ao Peru ou aqueles que se vem obrigados ante a situação de crise internacional e o conseqüente endurecimento de suas condições de vida em seus países de residência.

As consultas e Relações estabelecidas com os diferentes Ministérios e associações permitiram estabelecer um plano de atuação, com o fim de no duplicar esforços nem trabalhar em paralelo com ditas instituições. O principal trabalho foi recavar informação dos diferentes serviços existentes e receber as demandas e necessidades dos usuários do projeto, de modo que a “Guia de Recursos” se atualize e amplie a medida que se contatem com novos serviços de apoio ao imigrante retornado. De igual modo, tanto as entrevistas pessoais como as diferentes actividades grupais e encontros realizados favoreceram este intercambio de informação e ajudaram à ampliação de dita guia e a melhora do serviço, respondendo cada vez mais e melhor às necessidades expressadas.

A “Guia de Recursos” se trata então de um manual que facilita informação sobre recursos com os que se trabalha desde o projeto de Balcões Únicos no Peru, e se oferece aos retornados com o objetivo de poder fornecer da informação necessária para sua reinserção no país de origem.

Sim bem o listado de recursos mostrados na Guia tem sido utilizado de maneira diversa e pelos diferentes usuários, mostra um amplo panorama de recursos dos que dispõe o país, tratando de abarcar o máximo de setores que cobram as necessidades expressadas por parte dos beneficiários do projeto.

Alem disso, tendo em conta que muitas das pessoas retornadas no se concentram exclusivamente em Lima Metropolitana, mas que residem em outras províncias do país, a guia se compõe de uma organização territorial que divide o alcance dos recursos diferenciando entre os que são de nível nacional e os da capital do país.

Uma das principais demandas e necessidades das pessoas retornadas ao Peru é a de conseguir um emprego. Por isso, o contato com o Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego foi primordial, sendo uma das primeiras derivações que se realizam desde os Balcões Únicos, principalmente através da bolsa de emprego que depende do Ministério do Trabalho, o Programa Jovens à Obra, Vamos Peru, Produz, a Plataforma de Retorno Produtivo e concursos como Empreende com Remesas. Este último foi um recurso muito utilizado e apoiado pelos usuários do programa, já que impulso iniciativas e empreendimentos e, ao mesmo tempo fomenta o desenvolvimento tanto econômico como profissional dos retornados.

No âmbito do emprego também se estabeleceram convênios e acordos de colaboração com entidades privadas como Mulheres Empresarias Liderando o Desenvolvimento (MELD), Centro de Direitos e Desenvolvimento (CEDAL) e a Bolsa de Trabalho para Peruanos Retornados que oferece o projeto de Retorno com Oportunidades Sustentáveis (RETOS) da Universidade Católica Sedes Sapientiae. Estas Relações e convênios estabelecidos apoiam o desenvolvimento e orientação profissional dos usuários do projeto “Balcões Únicos”.

A área de serviços sociais está composta por entidades públicas, como são o Seguro Integral de Saúde (SIS), o Sistema Metropolitano da Solidariedade (SISOL), entre outros, que oferecem serviços integrais de saúde a os retornados. No obstante, esta área é atendida sobre todo por entidades e associações privadas, nas que se têm tratado de cobrir os aspectos psicológicos assim como a atenção à mulher, em vista

das necessidades recolhidas mediante as entrevistas realizadas. De igual forma, o apoio de organizações da sociedade civil complementam os esforços a nível estatal.

Em paralelo à derivação a estes serviços, o espaço de atenção que se oferece desde a OEI, sendo uma atenção individualizada e de detecção de necessidades, se amplia a cidadãos estrangeiros que vem tanto de Europa como de outros lugares do mundo, criando encontros técnicos, profissionais e sociais que favoreçam uma maior qualidade de vida e a reintegração dos peruanos em seu próprio país.

Como último aspecto, os recursos educativos que contempla a guia recolhem instituições públicas como o Ministério de Educação, que trabalha como prioridade o desenvolvimento da sociedade através do Programa Nacional de Becas e Crédito Educativo (PRONABEC), a qual oferece uma serie de becas para peruanos com escassos recursos, apoiando assim o desenvolvimento educativo do país.

Alem de isso, a assembleia Nacional de Retores oferece serviços e facilidades para a convalidação de títulos obtidos no estrangeiro.

Desse modo, longe de diminuir os recursos, a guia oferece uma amplia gama de serviços que permitem aceder a recursos públicos e privados e atender às necessidades e circunstancias requeridas, potenciando e pretendendo a atualização constante, alem da ampliação de recursos para abordar novos aspectos e necessidades que possam surgir.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

A sustentabilidade do Balcão Único e seus serviços de retorno se baseiam na relação que desde a OEI se têm ido gestando e fortalecendo em diferentes encontros e reuniões com as autoridades competentes nos temas de retorno no país.

Entre as atuações em conjunto, destacam algumas como talheres realizados em colaboração com entidades com as que se tem estabelecido convênios e/ou acordos para atender as demandas dos usuários. Assim mesmo, se tem participado em mesas redondas, reuniões e investigações sobre o estado da migração

no Peru e a política migratória do país, além de promover a importância da participação da sociedade civil em encontros como a Conferência Sul-americana sobre Migrações.

Por outro lado, as reuniões estabelecidas com o Ministério de Relações Exteriores e a relação fluida e bidirecional com este têm sido chaves para informar sobre os logros, à vez que esse Ministério envolve à OEI nas atividades relacionadas com os distintos componentes do projeto, com o fim de não duplicar esforços nem trabalhar em paralelo, mas de maneira conjunta e organizada. Outra das atuações realizadas junto com o Ministério de Relações Exteriores se levou a cabo durante a avaliação dos resultados do projeto em março de 2014, onde se realizou uma apresentação dos avances da implementação de Lei n.º 30.001 e dos benefícios para quem se acolhem a ela. Por outra parte o Ministério têm publicado em sua página web junto à Lei n.º 30.001, o enlace da página de Balcões Únicos no Peru, ajudando a difundir o projeto e brindando todos os recursos existentes aos imigrantes retornados. Também se convocou uma reunião com o responsável dos representantes do programa do cartão do Imigrante Retornado, na que se nos informou sobre a situação da Lei n.º 30.001, estabelecendo os acordos necessários para proceder à derivação de casos que requerem algum tipo de suporte mais específico.

Outro ponto chave no que se está trabalhando e que está desenvolvendo o Ministério de Relações Exteriores é o do desenvolvimento de ações para que as diferentes entidades relacionadas com a migração difundam suas ferramentas e espaços para este grupo de população e se permita uma abertura e uma maior coordenação e aproveitamento dos recursos existentes.

É importante ter em conta que OEI Peru tem sido aceita como membro da Rede Andina de Migrações (RAM) como mecanismo de informação sobre a situação das migrações no Peru.

Também se mantém uma estreita relação com a Defensoria do Povo, quem apoiam o projeto mediante a difusão, e contam com o projeto para o desenvolvimento de melhoras em políticas sociais e de atenção ao imigrante retornado.

Entre as **recomendações** que desde o Balcão Único se pode realizar pela experiência obtida durante a vida do projeto, destacam as seguintes:

A promulgação da Lei n.º 30.001, que de por si é um avanço, conta com um número não desprezível de migrantes retornados que não querem aceder aos instrumentos que o Governo do Peru, através do Ministério de Relações Exteriores, coloca a sua disposição através de dita lei. Estas pessoas esgrimpem que por um lado essa Lei pode beneficiar aos que têm ingressado ao país com bens e imóveis, já que lhes exonera de esses impostos, não estabelece outros direitos ou benefícios distintos dos que já oferece o Estado a qualquer cidadão peruano. Pelo contrário, lhes obriga a se submeter a trâmites burocráticos (cartão do Imigrante Retornado) e restringe as licenças de saída do país.

Assim mesmo, é necessário incrementar os recursos humanos nas organizações que trabalham com a problemática do retorno, com o fim de que se diminuam os tempos de espera e se intensifiquem as soluções integrais, promovendo a colaboração integrada e interinstitucional.

Por dito motivo, trabalhar de maneira transversal e a sua vez compartilhar a informação entre todos os entes que trabalham em matéria migratória será de grande utilidade para a melhora da qualidade de vida dos retornados e retornadas. Em relação a isso, a sensibilização de todas as organizações e instituições tanto públicas como privadas sobre a problemática surgida a raiz da migração é fundamental para a proteção da vigência dos direitos humanos dos retornados ao país.

Outra realidade com que nos encontramos é a existência de mecanismos de informação para derivar aos imigrantes retornados às distintas instâncias do Estado. O desafio é criar ou articular um organismo específico que possa dar resposta à problemática integral do imigrante em termos de procura de emprego, acesso a microcréditos, etc.

Teria que ser necessário também promover mesas de coordenação, redes ou outros espaços que permitam interatuar aos distintos atores envolvidos, com o fim de poder ter um conhecimento mais exaustivo do que oferece cada uma das organizações e poder canalizar assim as necessidades apresentadas pelos retornados.

Pela experiência obtida pelo trabalho articulado com as diferentes entidades, se têm constatado que trabalhando em rede se pode enfocar uma melhor atenção integral aos retornados,

algo que resulta cada vez mais complexo devido ao aumento de instituições que se dedicam a abordar o tema.

Em definitiva, os atores da cooperação internacional, os diferentes organismos de Estado e as organizações da sociedade civil, têm a responsabilidade de articular e potenciar estratégias e recursos em torno à contenção dos retornados. Só assim se poderá aplicar a perspectiva e o enfoque de direitos às pessoas condicionadas pelos processos migratórios.

CONCLUSÕES

São cada vez mais o número de entidades que se dedicam a atender aos imigrantes retornados ao Peru, mas existe a necessidade de centralizar o trabalho de todas estas entidades e organismos com tal de oferecer uma atenção integral e mais ajustada às necessidades desse setor da população.

Embora se têm produzido avances no Peru com respeito a uma maior proteção legal para aqueles peruanos residentes no exterior que desejam retornar e se reconhece um certo fortalecimento a nível institucional, se observa todavia paralelismo e duplicação de ações entre os diversos órgãos e setores do Estado vinculados à gestão migratória, que tendem a gerar confusão nos imigrantes, com um claro impacto no efetivo reconhecimento e respeito de seus direitos.

Desde o Ministério de Relações Exteriores, e através da Lei n.º 30.001, se oferecem uma serie de vantagens à população retornada; não embora, a derivação aos diferentes ministérios para a realização de cada tramite dificulta o acesso aos retornados.

Por isso a necessidade de facilitar o acesso aos recursos, centralizar a acolhida do retornado e se fundamentar nas necessidades que se tem podido recolher ao longo do período de vigência da Lei, assim como as necessidades detectadas por cada entidade, para poder estabelecer um plano de atuação conjunto e favorecer a situação dos retornados no país.

A coordenação com o Ministério de Relações Exteriores e os diferentes Ministérios, assim como com as associações da sociedade civil foram vitais para estabelecer uma metodologia de

trabalho que permita a todos os organismos ir perfilando o modo de atenção e assim evitar trabalhos em paralelo, promovendo um trabalho conjunto frente à atenção ao imigrante retornado.

Alem, se criaram alianças com varias entidades privadas na área sociolaboral que tem permitido e permitem cobrir as necessidades dentro desse âmbito dos usuários do programa, assim como poder chegar a novos e possíveis beneficiários. Se gera dessa forma um dispositivo de derivação e seguimento entre ambas instituições.

Dita colaboração têm permitido que, nas intervenções realizadas em conjunto, se pudera apoiar aos retornados que cumpram com os requisitos para ingressar ao projeto, assim como aos que não os reúnem, mas que têm podido se beneficiar de igual maneira, tendo as mesmas possibilidades e atenções que todos os participantes.

Em definitiva, a situação que se está vivendo no país, que atualmente está sendo receptor de seus imigrantes, é totalmente novidosa e se estão desenhando políticas e uma serie de ações que beneficiam a esses retornados. Para isso, a articulação de entidades e o trabalho conjunto podem resultar muito proveitosos sim nos centramos nas necessidades dos retornados. Ate agora, se tem realizado um grande esforço a favor dos direitos dos migrantes retornados, mas é necessário continuar realizando ações que concebam e englobem ao complexo enramado da migração e todo o que isso traz para os retornados.

Ser membro da Rede Andina de Migrações (RAM) proporcionará à OEI informação atualizada que fará mais efetivo seu trabalho na reintegração. Sua participação dará valor agregado à rede, por quanto através do projeto “Balcões Únicos” se trabalha sobre o terreno com os protagonistas, ao mesmo tempo pode receber informação de primeira Mao sobre qualquer iniciativa pública que poda afetar às pessoas retornadas.

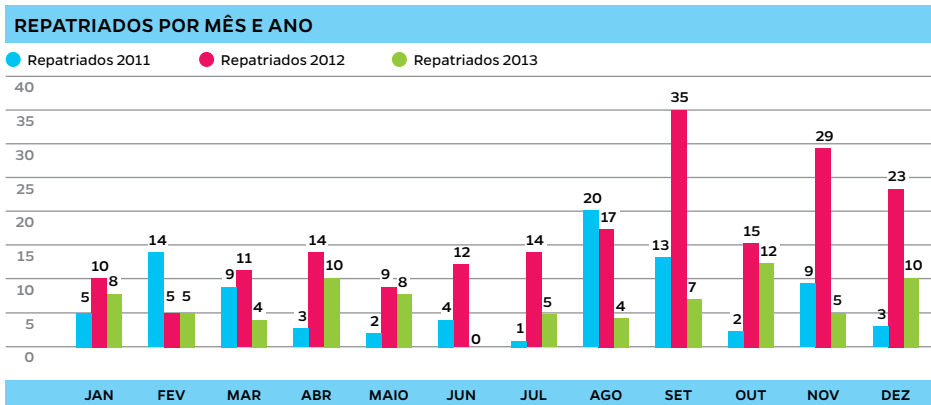
Valorar as opiniões das pessoas retornadas respeito às medidas públicas (cartão do Imigrante Retornado) reforça a labor de Balcões Únicos sobre o terreno com as pessoas retornadas, à vez que a legitima como interlocutor ante as administrações públicas do país.

3.8 Uruguai

Os objetivos do protocolo elaborado pela Organização de Estados Iberoamericanos (OEI) e a Direção Geral para assuntos Consulares e a Vinculação (DGACV) do Ministério de Relações Exteriores, que desde outubro de 2013 se tem posto em funcionamento na oficina da OEI, tem o propósito de brindar atenção integral a cidadãos e familiares que tem retornado da União Europeia.

Os repatriados são, do total de retornados que regressam a viver em Uruguai, os mais vulneráveis. O regresso ao país de esses cidadãos é tramitado e abonado pelos Consulados do Uruguai no exterior, especificamente pela Oficina de assistência à Compatriota e Serviços à Comunidade do Ministério de Relações Exteriores.

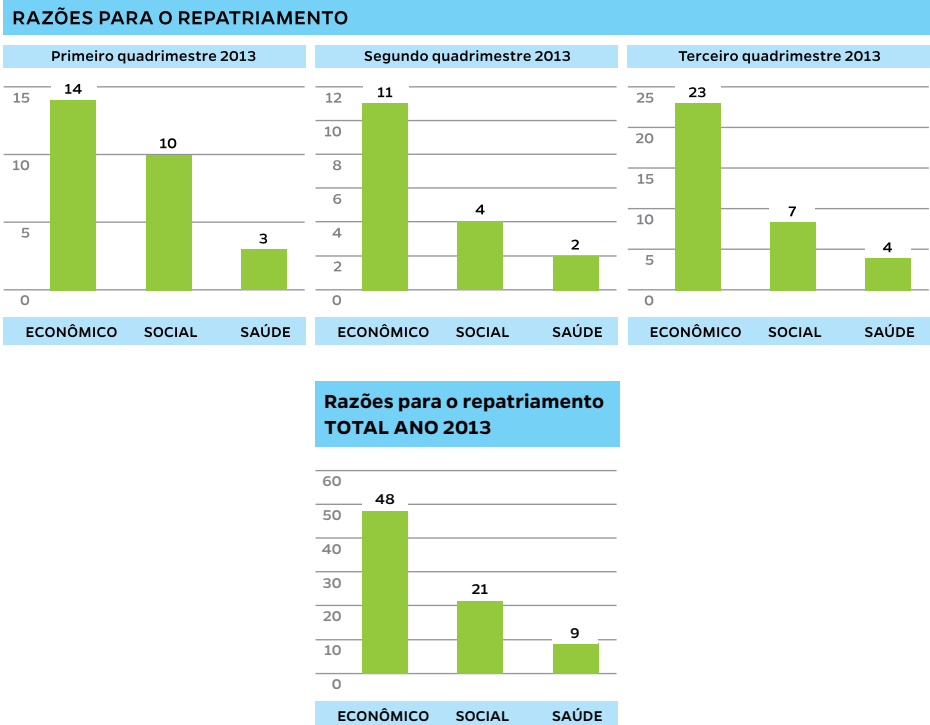
É muito significativo, por tanto, o processo de difusão e seleção dos beneficiários do projeto, uma etapa que se erige complexa e claramente fundamental. A DGACV realiza a pre - seleção de beneficiários, e o projeto “Balcões Únicos” em Uruguai inicia a assistência para a reinserção ao país.



Fuente: Elaboración propia de acuerdo a la base de datos del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay.

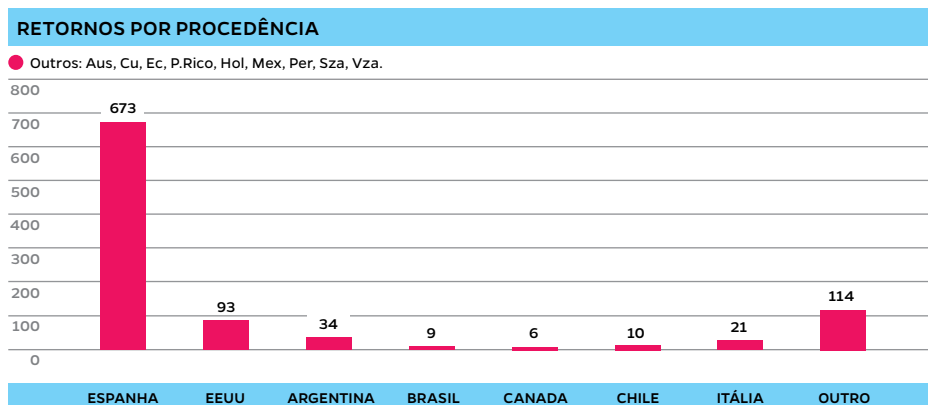
Segundo o último informe da DGACV, os repatriados “regressam ao país em virtude de situações especiais e fundadas de necessidade”, e nesse sentido se busca explorar e contribuir a brindar informação e respostas nos seguintes âmbitos: atenção psicossocial, saúde, emprego, empreendimento, formação, motivação e acesso à vivenda.

As cifras obtidas do ano 2013 mostram as seguintes estadísticas em relação ao motivo de retorno:



Fuente: Elaboración propia de acuerdo a la base de datos del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay.

Do total de retornados (que se apresentam no Ministério de Relações Exteriores), se observam os seguintes países de procedência:



Fonte : Elaboração própria de acordo com a base de dados do Ministério de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai.

E do último quadrimestre, a DGACV tem elaborado uma relação dos ofícios que realizavam no exterior:

Listado de algunas actividades realizadas Retornados en el extranjero-enunciativo- Tercer Cuatrimestre de 2013

Mason	Construção	Manutenção	Pizzero
Administrativo	Cuidador de anciano	Mecânico	Repartidor
Arteção	Cuidador de doentes	Garçom	Enfermeiro
Ajudante de cozinha	Cuidador de crianças	Musico	Soldador
Barman	Ferreiro	Operario	Tarefas Domésticas
Motorista	Hostelaria	Padeiro	Taxista
Cocinero		Cabelereiro	Vendedor
		Pintor	

No exterior, os retornados trabalhavam na área de serviços e a maioria voltou ao país em busca de uma opção similar. Alguns deles escolheram empreender um trabalho independente e outros voltaram com intenções de reciclar seus estudos para ter melhores possibilidades na procura de emprego. A pesar de sua alta vulnerabilidade social, se podem observar características que são comunes e positivas para o logro da reinserção no país, como

a capacidade de resiliência, a motivação para começar uma nova vida e o forte sentimento de pertença ao país.

ANÁLISE DA “GUIA DE RECURSOS”

Tem-se realizado uma guia de serviços e informação (“Guia de Recursos”) acorde às necessidades que a priori se consideram oportunas para a reinserção do uruguaio no país. Para dita elaboração, se tomaram em conta em primeiro lugar os tramites e gestões primárias que habilitam à prática dos direitos cidadãos.

Realizaram-se consultas na Oficina de Retorno e Bem-vinda do Ministério de Relações Exteriores, lugar ao qual chegam os retornados, e a algumas organizações que já vem trabalhando no âmbito da migração. A modo de não redobrar esforços nem trabalhar em paralelo com ditas instituições, consideramos as medidas que já estavam tomadas no país e trabalhamos sobre elas, e sobre as novas que foram surgindo. Nós avocamos a recavar informação dos serviços e a receber as demandas e necessidades dos usuários do projeto, de tal jeito que o universo da Guia se vá ampliando a partir das especificidades que surgem das famílias que retornam, estendendo e detalhando os recursos, a efeitos de otimizar, informar e sistematizar o acesso.

A “Guia de Recursos” é um manual que descreve a informação de recursos que desde o projeto “Balcões Únicos” em Uruguai se promove e para os que se deriva aos retornados, resultando de grande utilidade. Além disso se prevê a constante atualização da mesma, a fim de brindar em todo momento informação certa e confiável.

A particularidade de este guia é que **todos os serviços e recursos que apresenta foram utilizados pelos retornados** beneficiários do projeto, e embora o acesso aos mesmos é heterogêneo, se considera completa e efetiva em relação aos requerimentos dos interessados.

A guia se compõe de uma organização territorial, que diferencia o alcance dos recursos a nível nacional e ao nível da capital do país.

Atualmente são sete as instituições que colaboram na reinserção ao mercado laboral, se encontrando a maioria em Montevidéu. Em todo o estado, tanto o Ministério de Desenvolvimento Social como o Ministério de Trabalho e Seguridade Social se ocupam especificamente dessa população vulnerável, procurando entrevistas individuais e focalizadas, orientando ao usuário na procura de trabalho. A Unidade Mypes da Intendência de Montevidéu leva adiante uma proposta de assessoramento e formação em empreendimentos para aqueles que procuram concretizar uma ideia de negócio.

Existem quatro instituições mais que colaboram na reinserção sócio-laboral, duas delas aportando cursos gratuitos de inserção laboral em diferentes áreas, outra mediante sua bolsa de emprego e a oferta de processos de seleção a retornados, e a última realizando acessíveis descontos nos cursos e talleres que seu instituto brinda.

A área de serviços sociais do país conta com um amplo abanico de prestações sociais do Estado, que estão dirigidas a um público diverso, excetuando o direito à garantia de aluguel que possuem todos os retornados. A guia apresenta também o respaldo de organizações da sociedade civil que complementam os esforços a nível estatal.

O espaço de assessoramento e intercambio se estabelece na oficina da OEI junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e se amplia a cidadãos estrangeiros, com o fim de criar encontros técnicos, profissionais e humanos que, mancomunados, tenham como objetivo a melhora na qualidade de vida de uruguaios e novos residentes.

Como último ítem, se catalogam as instituições educativas públicas, a última delas com um programa que acredita a formação que os retornados tiveram no exterior.

Longe de perseguir uma guia fechada, se tem procurado recopilar informação integral de recursos públicos e privados que foram acordes às circunstancias requeridas. Pretende-se que dita guia se continue ajustando e potenciando em pós de fornecer melhores e maiores resultados.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Consideramos que o empenho e a dedicação em articular esforços entre instituições sociais que brindam serviços aos retornados redundarão no logro de resultados destacados.

A criação de talheres de intercambio entre as entidades que trabalham no tema da migração implica uma constante atualização e uma maior conscientização e valorização da população que se categoriza como vulnerável pelo complexo enramado que implica volver ao país.

Aspira-se, por tanto, a empuxar fluxos de informação unívoca que não solapem as ações das diferentes entidades, a difundir ferramentas e espaços para esta população em concreto, e a permitir uma abertura a uma maior coordenação e aproveitamento dos recursos existentes.

Consideramos que, devido ao iminente crescimento de população retornada e estrangeira (que afeta às mesmas instituições que trabalham com a população retornada), resulta propicio incrementar os recursos humanos nas organizações que trabalham com a problemática do retorno, em favor de que se reduzam os tempos de espera e se intensifiquem as soluções integrais, promovendo a colaboração integrada e interinstitucional.

Ampliar os recursos humanos para a atenção dos cidadãos migrantes implica no solo somar em quantidade, mas também na qualidade em atenção, oferecendo capacitação específica a quem atendem cada dia a essa população, consolidando estratégias e ferramentas em pós de conseguir resultados eficazes.

Fomentar que a informação chegue a todos os entes que trabalham em matéria migratória será, por sobre todas as cosas, de grande utilidade e rendimento para o melhoramento da qualidade de vida dos retornados. Nesse ponto, a sensibilização de todas as organizações e instituições sociais resulta fundamental para a proteção e a vigência dos direitos humanos dos retornados ao país.

A cooperação internacional, os organismos do Estado e as organizações da sociedade civil tem a responsabilidade de articular e potenciar estratégias e recursos em torno à contenção

dos retornados. Só assim se poderá aplicar a perspectiva e o enfoque de direitos às pessoas condicionadas pelos processos migratórios.

CONCLUSÕES

A coordenação com o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério de Desenvolvimento Social foi de vital importância para o desenvolvimento e progresso do projeto. Com o primeiro, em concreto, se realizou um registro de trabalho na que se explicitou o apoio, orientação e derivação de cidadãos repatriados. Assim mesmo, a experiência na temática e o trato direto com funcionários da DGACV foi chave para o avance no projeto.

Simultaneamente se criaram alianças com a área sociolaboral do Ministério de Desenvolvimento Social, com o objeto de “desenvolver estratégias de intervenção para a reinserção social de pessoas emigradas e retornadas”, gerando desse modo um dispositivo de derivação e seguimento entre ambas as instituições. Desenvolveram-se intervenções em conjunto, fusionando o apoio brindado aos beneficiários do Balcão Único com o apoio aos retornados e estrangeiros familiares que não cumprem com as condições para ingressar ao projeto, mas que tem as mesmas necessidades de apoio e contenção social que os primeiros.

Assim mesmo, se realizaram reuniões conjuntas com o Conselho de Educação Inicial e Primaria, o Conselho de Educação Secundaria, o Conselho de Educação Técnico Profissional, a Oficina de Cooperação Internacional e Jurídica da UDELAR, o representante do Ministério de Educação e Cultura ante o Conselho Coordenador da Educação na Primeira Infância (CCEPI) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com o objetivo de combinar esforços na procura de estratégias comunes para a reinserção ao sistema educativo uruguaio dos retornados desde uma perspectiva de direitos humanos.

El projeto “Balcões Únicos” em Uruguai se ha promovido e desenvolvido a partir de aqui, iniciando seu funcionamento em coordenação tanto com instituições que trabalham em relação direta com o retorno como com outras que se dedicam à atenção da população em geral.

Em matéria migratória, se considera que o país tem realizado um grande recorrido em favor dos direitos humanos dos compatriotas retornados, e que continua efetuando ações que concebem e englobam ao complexo enramado de “a volta ao país”.

4.0 **Conclusões e recomendações gerais**

Trás o análise dos capítulos nacionais anteriores e ao longo da implementação das atividades do projeto, o pessoal das Balcões Únicos e os técnicos responsáveis das atividades em suas diferentes etapas tem observado alguns atolamentos e/ou potencialidades a ser exploradas, uteis para orientar futuras ações nesse âmbito.

De maneira geral e a modo de resumo, se recolhem a continuação algumas das mais importantes, com o objetivo de aportar e sugerir, segundo a experiência do projeto “Balcões Únicos” e seus implicados.

- Em quanto à normativa da União Europeia vigente, se recomenda **priorizar os processos de Retorno Voluntário àqueles relacionados com o retorno forçoso.**
- O **trabalho integrado e interinstitucional** permite uma maior coordenação e aproveitamento racional dos recursos existentes. Em particular, **a colaboração com as instituições públicas** é chave para um maior alcance das ações. Esta definição de formas de cooperação interinstitucional também se pode aplicar a escala europeia, estabelecendo redes de trabalho comum entre os países europeus envolvidos em projetos e processos de apoio ao Retorno Voluntário. A sua vez, é prioritária a coordenação entre as entidades públicas implicadas nos projetos de Retorno Voluntário no país de procedência com as entidades públicas dos países de origem destinadas à elaboração e aplicação de medidas para as pessoas retornadas.
- É necessária uma **constante atualização** e uma **maior conscientização** das entidades (públicas e privadas) que trabalham na temática. Em particular, é necessária a **formação de recursos humanos**, de cara a que sejam capacitados para derivar, propor e, em geral, resolver as problemáticas que se acerquem à instituição. Ampliar os recursos humanos para a atenção dos retornados implica tender à qualidade em atenção, brindando capacitação específica e consolidando estratégias e ferramentas.
- É necessário **contar com estadísticas atualizadas** sobre o número de pessoas que retornam anualmente, e afundar nas razões do retorno para poder estabelecer programas de apoio que realmente beneficiem a esta população. **A sistematização da informação** é chave para ir construindo instancias que administrem esta informação e facilitar assim todos os tramites e serviços requeridos pelos retornados. Se sugere organizar um sistema único de informação sobre os imigrantes juntando os recursos existentes em cada país, criando **procedimentos de sistematização de dados**. A provisão de informação transparente sobre os dados associados ao retorno e, especialmente, aqueles relacionados com os processos de retorno exitosos devem de ser compartilhados para o aproveitamento das lesões aprendidas.

- Os serviços públicos de atenção deveram estabelecer condições especiais para pessoas em situação de retorno. É necessário o estabelecimento de **políticas específicas de apoio à população retornada**, que tomem em conta suas necessidades e características especiais em todas as áreas: Educação, habitação, emprego, saúde, etc. Em particular, se sugere estabelecer **procedimentos mais expeditos e a simplificação de tramites** respeito de documentação de primeira necessidade. A sua vez, se faz necessário estabelecer as adequadas articulações interinstitucionais (registro civil, registro para estrangeiros, sistema de saúde e trabalho) para fazer efetivos os direitos à saúde e a Educação nos casos, como o de Chile, em que os sistemas no sejam universais e sejam tendenciosos por situação de residência.
- Em alguns casos, uma necessidade prioritária para a reinserção é o **acesso a uma residência Independiente** da família de acolhida. Por isso, se requiere contemplar medidas transitórias que permitam se estabelecer de maneira independente em tanto as pessoas acedem a trabalho e postulam a uma subvenção à habitação ou a uma casa social. A convivência prolongada em condições de “morar com parentes” estressa a todas as famílias, especialmente pela sobre população e o choque cultural. Dita situação se têm evidenciado como uma fonte importante de conflitos que dificulta enormemente o processo de reinserção.
- O **rápido acesso a oportunidades laborais** é uma condição indispensável para a auto- sustentabilidade das famílias e para um processo de reinserção não traumático. Assessoria e apoio na procura de trabalho requer ser **abordada de maneira integral**. É necessário também criar **líneas de crédito específicas** destinadas a esta população.
- Se faz evidente a necessidade de **capacitar às pessoas que atendem no sistema de saúde** acerca dos direitos cidadãos e a legislação existente nessa matéria, especialmente quando se trata de pessoas migrantes e retornadas e nos casos em que o sistema de saúde no seja universal. Ao parecer, no existem as adequadas articulações interinstitucionais (registro civil, serviço de estrangeiros e sistema de saúde) para fazer efetivos esses direitos.

- É preciso definir **mecanismos para agilizar o reconhecimento de títulos de estudo** expedidos no estrangeiro para a população retornada. Algumas famílias realizam seu traslado ao país sem regularizar no país de residência sua certificação de estudos, o que dificulta o processo de continuidade de estudos e tensa às famílias em seu processo de reinserção. Se sugere aos **consulados ser proativos em informar** às famílias que retornam acerca dos tramites e procedimentos requeridos para convalidar e legalizar os estudos realizados no estrangeiro. É preciso comunicar aos **diretores das escolas** a normativa vigente com relação ao ingresso, legalização e normalização de estudos de retornados e imigrantes.
- O retorno não se acaba com o ingresso e a reinserção no país de origem. É um processo que necessita de **acompanhamento e seguimento do progresso de reinserção no curto e meio prazo**. É necessário que as futuras ações de projetos de retorno contemplem recursos para sustentar este acompanhamento e retroalimentação do processo.
- Sugere-se fomentar a **interlocução entre Europa e América Latina**, já seja através de organismos internacionais, da relação entre os consulados e das instituições gestoras de retorno, para que exista um seguimento da pessoa que retorna ao meio e longo prazo.
- Sugere-se negociar com as entidades de referencia para **institucionalizar o modelo de Balcões Únicos como política pública de atenção ao imigrante**, centralizando em cada localidade informações sobre recursos (entendidos esses como serviços e instituições que os fornecem).
- É fundamental o **compromisso entre as entidades** que trabalham no âmbito do retorno e migrações à hora de transmitir a realidade dos serviços nos países de origem ante os beneficiários em Europa.
- A atenção aos beneficiários dos programas de Retorno deve estar focalizada uma **atenção integral e dirigida ao grupo familiar**. O trabalho com o grupo familiar enriquece e favorece o processo de inserção e apoio entre os beneficiários.

- A situação de vulnerabilidade da pessoa que retorna no está diretamente relacionada com sua situação de regularidade ou irregularidade em Europa. Sugere-se modificar o requisito dos financiadores de projetos de Retorno sobre a situação administrativa dos beneficiários, valorando a vulnerabilidade respeito a outros critérios. Adicionalmente, se sugere estabelecer a criação de ferramentas específicas relacionadas com os processos de Retorno Voluntario destinadas àqueles imigrantes que, ainda contando com autorização de residência, se encontrem em situação de vulnerabilidade e desejem retornar, de cara a evitar processos de marginalização e risco de exclusão social.
- Tem se que prestar uma especial atenção aos menores em seu processo de integração, já que são muitos os que têm nascido nos países de destino e, por tanto, o retorno ao país de origem de seus padres supõe uma emigração, com todas as necessidades que isso traz, situação agravada, além disso, por ser uma decisão estranha a eles.

